



# Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, QUINTA FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1979

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57); achando-se ausente em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob os números 238, 247 e 248/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

29/79: Do Senhor ex-Deputado TUGUIO SETOGUTTE, que modifica a redação do artigo 1.º da Lei n.º 6.755, de 16 de dezembro de 1975, o qual convertido em Lei tomou o número 7.190. — Agradeça-se.

74/79: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina rodovia Deputado Olívio Belich, a estrada estadual PR-47, trecho BR-277 à sede do Município de Porto Amazonas, o qual convertido em Lei tomou o número 7.197. — Agradeça-se.

130/79: Do Senhor Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que denomina Deputado Miguel Buffara, a Rodovia que liga o trecho da BR-277, Município de Morretes, passando por Antonina à Cidade de Guaraqueçaba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.198. — Agradeça-se.

#### Emendas:

### EMENDA N.º 01

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 95/79

Art. 1.º — Os professores que, até à vigência desta Lei, ministraram, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino do Estado, pelo menos, dois anos de aulas extraordinárias ou suplementares, mesmo não lecionando há até cinco anos a contar da data da aprovação desta Lei, terão direito de transformar suas aulas excedentes em UM cargo de Professor ou de Especialista

de Educação, correspondente a uma carga horária de 10, 15 ou de 22 horas semanais, independentemente do número de aulas ministradas.

Art. 2.º — Os cargos do pessoal do magistério habilitado, obtidos pelas disposições desta Lei, passam a integrar o Quadro Próprio do Magistério, e seus detentores serão regidos pelo Estatuto do Magistério (Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976), com vencimentos correspondentes às suas habilitações e proporcionais à carga horária por que cada um optar; os professores não habilitados integrarão o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo com vencimentos correspondentes ao nível 26 ou 22 para UMA carga horária de 22 horas, conforme detenham ou não curso superior, e proporcionais para as demais cargas horárias.

§ 1.º — O professor não portador de diploma de licenciatura em nível superior, mas detentor de registro definitivo no Ministério de Educação e Cultura terá o cargo equivalente à classe "C", nível de vencimentos 3, do Quadro Próprio do Magistério.

§ 2.º — Os professores não habilitados serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, assegurando-lhes, porém, o direito de lecionar e de gozarem sessenta dias de férias anuais, na forma do artigo 56, do Estatuto do Magistério.

Art. 3.º — Os atuais professores terão seus cargos, decorrentes desta Lei, lotados em estabelecimentos de ensino onde estão lecionando; os demais professores escolherão o estabelecimento em que serão lotados com base na classificação por tempo de serviço de aulas excedentes.

Art. 4.º — Os integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar de que trata a Lei 6508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto n.º 4766, de 14 do mesmo mês e ano, que contem, na data desta Lei, pelo menos, dois anos de atividades remuneradas no Estado, e não estejam deste afastados há mais de cinco anos, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma do Anexo que constitui parte integrante desta Lei e serão lotados, os que estão atuando, onde exercem suas atividades, e os demais, sob escolha, com base na classificação por tempo de serviço no Estado.

Parágrafo único — Os servidores cuja situação funcional for alterada por este artigo ficam sujeitos a uma carga horária semanal de trinta e duas horas e meia de trabalho, assegurado aos que tiverem a carga horária e os vencimentos reduzidos, o direitos de perceberem horas extraordinárias na forma disposta pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, sob que passarão a serem regidos.

Art. 5.º — Para o cumprimento desta Lei, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atividades do magistério exercidas pelos Professores e pelos especialistas de educação e as funções dos integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar, ora amparados, em tantos cargos quantos forem necessários, que serão extintos à medida que vagarem.

Art. 6.º — O tempo de serviço relativo às aulas excedentes e às funções do Pessoal Suplementar será reconhecido para todos os efeitos legais a partir da data do ato administrativo declaratório do direito.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor, independentemente de regulamentação, na data em que for publicada, revogadas as disposições em contrário.

Anexo a que se refere o artigo 4.º

## Anexo a que se refere o artigo 4.º:

Situação atual como P.S. no Regime da Lei 6508/73		Situação proposta como integrante da parte suplementar do Quadro Único do Poder Executivo	
Categoria	Símbolo	Classe única	Nível
Braçal	P.S. 1.1	Auxiliar de Serviços Diversos	04
Braçal	P.S. 1.2		
Braçal	P.S. 1.3		
Serviços Auxiliares	P.S. 2.1	Auxiliares de Escritório	12
Serviços Auxiliares	P.S. 2.2		
Serviços Auxiliares	P.S. 2.3		
Serv. Profissionais	P.S. 3.1	Auxiliar de Serviços Profissionais	18
Serv. Profissionais	P.S. 3.2		
Serv. Profissionais	P.S. 3.3		

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1979.

a) RENATO BERNARDI

Apoio: NILSO SQUAREZI, NELTON FRIEDRICH, TRAJANO BASTOS e GERNOTE KIRINUS

## EMENDA N.º 02

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao parágrafo 3.º, ao artigo 1.º, com a seguinte redação:

“§ 3.º — Aos professores ocupantes dos cargos de que trata esta Lei, que vierem a contar com mais de 2 (dois) anos de magistério, após o seu enquadramento, será assegurada transposição de cargo para o Quadro Próprio do Magistério, devendo a Secretaria da Educação e Cultura destinar 50% (cinquenta por cento) das futuras vagas para esse fim e 50% (cinquenta por cento), para serem preenchidas por concurso, declarando-se extinto o cargo do servidor que vier a ser beneficiado com este dispositivo.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: JOSÉ TAVARES, ANTÔNIO FACCI, LINEU TURRA, EDILSON ALENCAR, MÁRIO CELSO, GERNOTE KIRINUS e WALDYR PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Desde que se iniciou a tramitação desta Lei, entendemos que os Professores devem ser regidos pelo Estatuto do Magistério e devem pertencer, portanto, ao Quadro Próprio do Magistério.

Oferecendo-se a oportunidade da transposição de cargos, ainda que esta dependa de um período de carência de 2 (dois) anos, estaremos em busca da igualdade de tratamento, ou do princípio da isonomia, tão citado nas últimas exposições de motivos de projetos de lei ora em tramitação nesta Casa, que acompanham várias Mensagens da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

## EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao Artigo 1.º, o seguinte parágrafo:

“§ ..... — Ao professor cujo afastamento de suas funções tenha se registrado após o dia 1.º de março de 1969, desde que conte com 02 (dois) anos de suplementarista, será assegurada a sua classificação nos cargos previstos no Anexo que acompanha esta Lei, devendo o interessado protocolar seu requerimento na Secretaria de Educação e Cultura, acompanhado dos devidos comprovantes, dentro do prazo de 60

(sessenta) dias da publicação desta Lei.”

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

aa) NILSO SQUAREZI, RENATO BERNARDI e FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: LINEU TURRA, EDILSON ALENCAR, JOSÉ TAVARES, ANTÔNIO FACCI, WALDYR PUGLIESI, MÁRIO CELSO

## JUSTIFICATIVA:

Se a anistia realmente existe, essa é a ocasião do Governo do Estado comprovar esse fato.

## EMENDA N.º 04

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Substitua-se a primeira Tabela que acompanha o Anexo, pela seguinte redação:

“TABELA A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 1.º, 2.º e 3.º

CARGOS	NÍVEL	NÚMERO DE AULAS SEMANAIS E VENCIMENTOS MENSUAIS		
		22	15	10
		Cr\$	Cr\$	Cr\$
Professor Licenciatura Plena	Ref.: M.S. 1	“A” 7.190,00	“B” 4.902,00	“C” 3.268,00
Professor Licenciatura Curta	Ref.: M.S. 2	“A” 6.109,00	“B” 4.165,00	“C” 2.776,00
Professor Não Licenciado	Ref.: M.S. 3	“A” 5.028,00	“B” 3.428,00	“C” 2.285,00

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: JOSÉ TAVARES, EDILSON ALENCAR, LINEU TURRA, ANTÔNIO FACCI, WALDYR PUGLIESI, MÁRIO CELSO e GERNOTE KIRINUS

## JUSTIFICATIVA:

O primeiro Anexo, determinando o número de aulas e vencimentos dos professores enquadrados no Quadro Próprio de Pessoal do Poder Executivo, certamente por um lapso, deixou de estabelecer uma simbologia para os níveis de vencimentos estabelecidos por esta Lei.

É evidente que os valores ali contidos devem obedecer a uma nova simbologia, pois, não existem nos atuais 30 níveis de vencimentos do Poder Executivo idênticos vencimentos.

Poderia até pensar-se (e seria o mais justo e correto) que o Governo pretendia atribuir a esses mestres valores equitativos ao pessoal regido pelo Estatuto do Magistério, mas, infelizmente, esse não é o seu real intento.

Todavia, para dirimir dúvidas, fica aqui nossa contribuição, dentro das limitações constitucionais, a esse plano de lei.

## EMENDA ADITIVA N.º 05

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao Art. 4.º o seguinte:

“§ 3.º — Os servidores do Quadro de Pessoal Suplementar da Secretaria das Finanças que contem com mais de 10 (dez) anos de serviços são enquadrados na Série de Classes de Agente Fiscal AF-4, integrante da Coordenação da Receita do Estado.”

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) LINEU TURRA

## EMENDA N.º 06

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao Art. 5.º, as seguintes expressões:

“Art. 5.º — ... ou do disposto na Lei Complementar

tar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

aa) NILSO SGUAREZI, RENATO BERNARDI e FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: MÁRIO CELSO, ANTÔNIO FACCI, EDILSON ALENCAR, LINEU TURRA, JOSÉ TAVARES e WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Será necessário justificar que professor deve ser regido pelo Estatuto do Magistério?...

#### EMENDA N.º 07

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao Artigo 6.º, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único – Excetuam-se do disposto neste artigo, os períodos de férias dos professores, que serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada, no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da Unidade, Centro Interescolar ou Complexo Escolar, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas.”

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: JOSÉ TAVARES, EDILSON ALENCAR, ANTÔNIO FACCI, LINEU TURRA, MÁRIO CELSO, WALDYR PUGLIESI e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Esta redação é semelhante àquela que disciplina o período de férias dos professores regidos pelo Estatuto do Magistério (Art. 56, da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976).

Novamente, aqui se clama pela aplicação do princípio de isonomia, muito citado nas últimas Mensagens do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em projetos de lei que tratam do interesse dos servidores públicos do Estado, sendo que, nada mais pedimos do que igualdade de tratamento aos suplementaristas classificados por este plano de lei.

#### EMENDA N.º 08

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se ao Art. 6.º, as seguintes expressões:

Art. 6.º – ... .. e, tratando-se de professor, pelo Estatuto do Magistério (Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976)”.  
Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

aa) NILSO SGUAREZI, RENATO BERNARDI e

FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: LINEU TURRA, EDILSON ALENCAR, JOSÉ TAVARES, ANTÔNIO FACCI, WALDYR PUGLIESI e MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Será necessário justificar que professor deve ser regido pelo Estatuto do Magistério?...

#### EMENDA N.º 09

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Substitua-se a redação do Artigo 6.º, pela seguinte:

“Art. 6.º – O pessoal atingido pelas disposições desta Lei passa a ser regido, no que couber, pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.”

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: JOSÉ TAVARES, EDILSON ALENCAR, ANTÔNIO FACCI, LINEU TURRA, MÁRIO CELSO, WALDYR PUGLIESI e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A redação atual do Art. 6.º é incisiva quanto à aplica-

ção, tão somente do Estatuto dos Funcionários (Lei 6.174/70 a todos os servidores de que trata esta lei.

A presente redação dará maior flexibilidade à interpretação deste dispositivo assegurando direitos concedidos por Lei especificamente a professores, ainda que suplementaristas, tais como 60 (sessenta) dias de férias ao ano.

#### EMENDA N.º 10

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

“Art. .... – Ao pessoal do magistério regido pela Lei Complementar n.º 07, de 22/12/76, ficam reconhecidos, como 01 (um) ano de estudos adicionais, ou com o valor de 200 (duzentos) créditos, os “Cursos para Aperfeiçoamento, Atualização ou Especialização para Docentes”, promovidos pela Secretaria da Educação, desde que contenham duração mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas, com aproveitamento devidamente comprovado.”

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: WALDYR PUGLIESI, ANTÔNIO FACCI, EDILSON ALENCAR, LINEU TURRA, JOSÉ TAVARES, GERNOTE KIRINUS e MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Já está tramitando nesta Casa, projeto de lei com a mesma finalidade e redação semelhante, cuja justificativa é a seguinte:

Muito antes de ser aprovado o Estatuto do Magistério, a Secretaria da Educação e Cultura já se preparava para esse evento.

Assim, foram promovidos diversos cursos de pequena e média duração, visando o aperfeiçoamento de Professores.

O mais completo deles, conhecido como “Reciclagem”, foi promovido pela Secretaria da Educação e Cultura, mediante autorização à “CETEPAR”, para que o planejasse, executasse e procedesse as devidas avaliações finais.

Assim, o “Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de primeiro Grau”, de frequência obrigatória, teve a duração de 264 horas, e foi ministrado paralelamente com o período de aulas letivas e, mais ativamente durante as férias.

Naquela oportunidade, a título de incentivo, foi anunciado que esse curso teria validade de ano adicional de estudo para efeito de acesso a um nível mais elevado de vencimento do Professor que o completasse com aproveitamento.

O sacrifício exigido, principalmente por parte das Professoras Primárias, foi enorme, mas, a compensação futura seria válida, argumentavam os participantes daquela maratona.

Todavia, com o advento do Estatuto do Magistério, por um lapso, não foi lembrado que o “Curso de Reciclagem” era diferente daqueles comumente ministrados, e ficou o mesmo encaixado simplesmente entre “cursos de duração superior a 200 horas”, propiciando, apenas, a contagem de alguns pontos para efeito de promoção.

Não restando dúvida de que o espírito da lei era de reconhecer o “Curso de Reciclagem” como ano adicional de estudos, o primeiro signatário, através da Liderança de seu partido, ofereceu emenda ao projeto de lei que tratava do Estatuto do Magistério, a qual por estar englobada em “emenda substitutiva geral”, foi rejeitada.

O segundo signatário, na qualidade de ex-Secretário da Educação, tendo como justo o reconhecimento, não só do curso em tela, como também dos demais com duração igual ou superior a 09 (nove) meses ou 250 horas, para efeito de promoção ou acesso dos Professores Primários para o nível 2, entrou em contato com o autor daquela emenda, propondo que fosse apresentado em conjunto o presente Projeto de Lei, com a finalidade de se propiciar o reconhecimento desses cursos como “ano adicional de estudo”.

Não havendo qualquer aumento de despesa no simples

reconhecimento e registro de um curso, senão o simples efeito de se fazer justiça, entendemos ser o mesmo plano de lei objeto de aprovação por esta Casa.”

A matéria do presente Plano de Lei é correlata, e, assim, cremos ser oportuna a apresentação da presente emenda, a fim de que o Governo possa cumprir a palavra empenhada junto aos Professores antes da realização daqueles cursos.

#### EMENDA N.º 11

Ao Projeto de Lei n.º 95/79

Acrescente-se onde couber:

“Art. .... — Ao professor que já pertencer ao Quadro Próprio do Magistério será assegurada a transposição para o nível correspondente à sua habilitação profissional, mediante transformação do cargo atualmente ocupado, sem prejuízo de suas funções.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo, os pedidos dos interessados, acompanhados dos devidos comprovantes do grau de escolaridade, deverão ser protocolados na Secretaria da Educação dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

aa) NILSO SGUAREZI, FIDELCINO TOLENTINO e RENATO BERNARDI

Apoio: JOSÉ TAVARES, EDILSON ALENCAR, WALDYR PUGLIESI, LINEU TURRA, ANTÔNIO FACCI e MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

A inserção deste artigo tem a finalidade de fazer com que seja dado integral cumprimento ao disposto no Estatuto do Magistério quanto à classificação dos Professores segundo o grau de escolaridade, sem que haja qualquer prejuízo para as funções que estão exercendo atualmente.

Todos nós sabemos e sentimos que se constitui numa flagrante aberração a “promoção” de um Professor do Ensino Primário para Professor do Ensino Médio. Essa falsa interpretação dada ao disposto na Lei Complementar n.º 07 é duplamente criminosa: tira um bom mestre do primeiro grau e leva a um mestre inexperiente para o segundo grau; deixa o ensino de primeiro grau desamparado e afasta do ensino do segundo grau professores experientes que não tiveram a felicidade de integrar o Quadro Próprio do Magistério.

Embora esta Lei venha corrigir algumas dessas distorções, esta emenda a tornará adequada e em perfeita consonância com o disposto no Estatuto do Magistério.

#### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da bancada da ARENA indico o nome dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Pinto Dias, Lázaro Dumont e Ruben Valduga, para integrarem a Comissão Especial destinada ao Estudo da Problemática Cafeeira em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor ARGEMIRO CHAVES FERREIRA, ocorrido hoje, na cidade de Ponta Grossa.

Requerem ainda, que se dê ciência à família enlutada, no Município de Ipiranga, através da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

aa) LEONIDAS CHAVES e JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

ARGEMIRO CHAVES FERREIRA, de família tradicional, exercia as funções de Serventário da Justiça no Município de Ipiranga por mais de 30 anos, desempenhando-a sempre com dedicação e honestidade e, em retribuição o povo de Ipiranga o elegeu Prefeito Municipal no ano de 1963, marcando sua passagem pela política, com uma administração profícua carreando para seus municípios grandes empreendimentos.

Argemiro Chaves Ferreira, que deixa o nosso convívio aos 59 anos de idade, deixa também entre seus amigos, parentes, filhos e esposa, uma lacuna irreparável.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FIORAVANTE COLODEL, ocorrido em data de hoje, na cidade de Canoinhas, Santa Catarina.

Progenitor do Dr. João Colodel, ex-Prefeito daquela cidade e ex-Deputado Estadual de Santa Catarina, o Senhor FIORAVANTE COLODEL, ao desaparecer com 90 anos de idade, deixa consternada toda a comunidade de Canoinhas, onde exercia atividades industriais e constituía-se em exemplo para todos pela dedicação em favor das causas públicas e aos problemas sociais.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, em Paula Pereira, Município de Canoinhas.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e Esportes e ao Senhor Diretor da Fundação Teatro Guaíra, pelo incentivo e apoio dado ao grupo de teatro paranaense, que sob a direção de Emílio Di Biasi, estão apresentando a peça “O CONTESTADO”, de Romário José Borelli.

Nós que conhecemos a história do CONTESTADO, e que conhecemos também o local onde foi o palco real daquele episódio, podemos avaliar com entusiasmo o magnífico trabalho desenvolvido para a encenação dessa importante página da história brasileira.

A apresentação da peça “O CONTESTADO”, retrata com fidelidade os episódios ocorridos naquela luta, pois não foram esquecidos os mínimos detalhes, constituindo-se num trabalho cultural de enorme importância, sendo lembrado inclusive, nessa apresentação, a figura do inesquecível Maestro EMÍLIO TABOADA, que na regência da Banda, em Porto União da Vitória, conquistou o coração daquela gente.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, ao Senhor Diretor da Fundação Teatro Guaíra, para que transmitam ao autor, diretor e a todo o elenco de “O CONTESTADO”, os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, pelo brilhante trabalho cultural apresentado.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado votos de congratulações pela passagem

do "Dia do Engenheiro Agrônomo", bem como pela efetivação do "XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA", a ser realizado em Curitiba, entre os dias 22 e 26 de outubro deste.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Comemora-se nesta sexta-feira, dia 12 de outubro, a passagem do "Dia do Engenheiro Agrônomo", data esta festejada em todo o País pela classe dos engenheiros agrônomos e pela agricultura em geral.

O setor agrícola, de vital importância à Nação, precisa ter uma agronomia voltada, exclusivamente, aos superiores interesses nacionais.

Conforme dados divulgados pelo próprio Governo, a inflação atinge, neste ano de 1979, os maiores índices desde 1964, e o item alimentação tem sido apontado como o principal responsável pela alta elevada desta mesma inflação, e só a agricultura, com altos índices de produtividade, pode resolver este problema, produzindo maiores volumes com menores custos.

Por outro lado, o conflito entre "uso de defensivos X preservação ambiental", só poderá ser resolvido e equacionado com orientação de pessoas capacitadas e, evidentemente, formadas e interessadas no assunto.

Além do mais, o grande potencial agrícola de terras de elevada fertilidade, topografia e climas favoráveis, está se esgotando. Está acabando a fase de "derrubar, queimar, plantar e colher". A partir de agora, o aumento da produção virá, inexoravelmente, através do aumento de rendimento por área cultivada, desde que o agricultor seja bem orientado por pessoas entendidas neste assunto.

Tais pessoas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são, nada mais nada menos, que os ENGENHEIROS AGRÔNOMOS, responsáveis diretos pela orientação correta aos agricultores e camponeses deste País, que comemoram, neste 12 de outubro, a passagem do dia oficial da classe agrônômica.

Portanto, Sr. Presidente, este requerimento de congratulações pela passagem desta data, é tão somente o reconhecimento do valor inestimável que merecem os Engenheiros Agrônomos, desde que comprometidos com os verdadeiros objetivos sociais da atividade que exercem.

Requer, outrossim, seja encaminhada cópia deste à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, aos 12 Núcleos Regionais da Entidade no Estado do Paraná, bem como à Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil.

Por fim, é importante destacar a realização em Curitiba, de 22 a 26 de outubro, do XI Congresso Brasileiro de Agronomia, com palestras e debates sobre a realidade nacional, especialmente quanto a angustiante problemática agrária, situação do trabalhador rural, problemas alimentares, associativismo, problema energético e dependência tecnológica e a produção agrícola como fator de auto-suficiência do nosso desenvolvimento, na busca da verdadeira independência nacional. Renomados palestristas conduzirão os assuntos, destacando-se: José A. Lutzemberger, José Goldemberg, Rubem Ilgenfritz da Silva, Milton S. Guerra, Warwick Estevan Keer, Adilson Paschoal, Júlio Goldfarb, José Francisco da Silva e Eduardo Pires Cattanho.

A promoção e o respectivo temário, demonstram o interesse da classe com os sérios problemas que atingem nossa agricultura e nosso povo.

Afinal, é de fundamental importância que a classe agrônômica, de maneira democrática e independente, posicione-se na luta pelos verdadeiros objetivos nacionais, comprometendo-se com os anseios de nossa Pátria.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regi-

mentais, REQUER seja encaminhado ao jornalista IBRAHIM SUED, um voto de congratulações pelo transcurso do 26.º ano da "Coluna de Ibrahim Sued", publicada em dezenas de jornais de todo o País.

O presente pedido de manifestação da Casa se justifica pelo destaque especial, que o referido homem de imprensa confere aos acontecimentos políticos do Paraná, emprestando-lhes, sempre que possível, um alto sentido construtivo.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos do dia de hoje, de um voto de louvor pelo transcurso do 32.º aniversário do Município de Cambé.

Requer, ainda, que seja dado conhecimento ao Sr. Prefeito Municipal, Dr. Jehovah Almeida Gomes, à Câmara de Vereadores e aos Presidentes do MDB e da ARENA, no Município.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

Cambé é hoje, exemplo vivo de um desenvolvimento constante, planejado e voltado, principalmente, para o lado social. O município comemora neste 11 de outubro, 32 anos de emancipação política. A administração do Prefeito Jehovah Almeida Gomes tem superado todas as expectativas, atendendo, numa faixa de prioridade, a educação e a saúde, com a construção de escolas nos bairros e vilas e de creches. Cambé cresce de maneira invejável, dentro de um planejamento sério, organizado e eficaz, onde todos os setores da administração convergem para um ponto comum: o bem-estar da comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao IBDF, no sentido de que as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná sejam incluídas como áreas prioritárias no projeto de desenvolvimento da cultura da erva-mate em nosso Estado e, modificações no módulo mínimo para reflorestamento com erva-mate.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) TÚLIO ZANCHET

#### JUSTIFICATIVA:

A Portaria n.º 3.234 do IBDF, que visa o estímulo à produção da erva-mate na região ervateira tradicional dos Estados do Paraná e Santa Catarina, não coloca os municípios do Oeste e Sudoeste do nosso Estado como áreas prioritárias no projeto de desenvolvimento da cultura ervateira.

Que a Lei n.º 5.106, de 02/09/66, e o Decreto-Lei n.º 2.134, de 16/01/70, sobre reflorestamento com incentivos fiscais, seja modificado o artigo que determina o uso de incentivos fiscais para áreas reflorestadas acima de 50 ha, permitindo que para a erva-mate, não haja obrigatoriedade de limites de áreas.

Considerando que as regiões Sudoeste e Oeste do nosso Estado, notadamente a primeira, é, por seu solo e clima, habitat natural da erva-mate; considerando, também que essa cultura é indicada para as pequenas propriedades agrícolas em terreno de difícil mecanização; considerando, ainda a necessidade de um maior incremento global desse produto, quer para exportação, quer para consumo interno, substituindo o café, particularmente para as camadas de baixo poder aquisitivo, não vemos motivos para que as citadas regiões não figurem, em destaque, como regiões prioritárias no plano ora em andamento, de incremento à cultura da erva-mate em nosso Estado, e que as áreas beneficiadas com incentivos fiscais sejam acima de 50 ha, prejudican-

do a maioria dos produtores de erva-mate.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER dispensa da publicação da Redação Final dos Projetos de Leis n.º 95/79 que objetiva solucionar situação dos Professores Suplementaristas; n.º 117/79, que visa aumento de Capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR; n.º 134/79, que objetiva busca de soluções ao problema energético - COPEL; n.º 140/79, que dispõe sobre a extinção das Delegações de Controle junto as Autarquias Estaduais; n.º 141/79, que visa alterações na Legislação Estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 162/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curiuva, uma Motoniveladora, Marca Caterpillar, Modelo 12F, ano 1966, Chassis 12F-1278.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) GABRIEL MANOEL

### JUSTIFICATIVA:

A motoniveladora a que se refere o projeto, está em poder do Município de Curiuva, por força de empréstimo. Ocorre que a máquina, no estado em que se encontra, não mais pode servir em termos econômicos ao Estado.

Daí a presente doação, a fim de que o município, como proprietário, obtenha alguma vantagem investindo na sua recuperação.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

#### PROJETO DE LEI N.º 163/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR BATISTA BÍBLICO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) EDILSON ALENCAR

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem funcionando regularmente desde a sua fundação e atendendo as finalidades para que foi criada, não distribuindo lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus associados, dirigentes, benfeitores ou mantenedores, não remunerando sua diretoria no todo ou em parte e não remetendo dinheiro para fora do País, aplicando a totalidade de suas rendas em aumento de seus beneficiários, ou em inversão patrimonial e os saldos porventura existentes no final de cada exercício são aplicados na melhoria de seus atendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Presidente João Baptista Figueiredo prega a violência entre as crianças. Queremos crer que Sua Excelência, o

Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, foi de uma infelicidade a toda prova, quando ao receber um grupo de jovens estudantes na Capital Federal, disse que se "seu pai ganhasse salário mínimo, daria um tiro no coco" e mais adiante, referindo-se às greves, de que estas ocorreram porque "pagaram pouco aos trabalhadores, e eles encheram o saco e pararam".

A conversa de Sua Excelência o Presidente da República, com esses jovens, foi uma lição de despreparo, de irreverência e ao mesmo tempo, de discriminação, pois a maioria dos trabalhadores brasileiros, ganha um salário de fome. A partir daí, o que pensarão estas crianças, estes jovens, que passarão a ter em seus pais, o símbolo da miséria, pois o próprio Presidente da República lhes disse que se seu pai ganhasse um salário mínimo, daria um tiro no coco. Sua Excelência daria um tiro no coco de quem? Dele ou do pai dele? Se os trabalhadores entraram em greve, porque lhes pagaram pouco, e estes de saco cheio, pararam de trabalhar, Sua Excelência demonstra que realmente os trabalhadores tiveram razão em promover as greves, e que terão, daqui por diante, direito ainda maior de entrar em greve.

Na realidade qual a imagem que terão esses jovens da figura do Chefe da Nação, diante de tais afirmações, diante de tal aconselhamento?

Segundo o Deputado Antônio Russo, tais declarações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foram de "irresponsabilidade inacreditável" e que este aconselhamento presidencial está fazendo deste Brasil gigante, um enorme saco, que vai se inflando e um dia acabará por estourar".

Parece-nos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está com razão o Deputado Audálio Dantas, ao afirmar que "a corrida desenfreada em busca de uma popularidade impossível, diante da triste realidade que o País vive, está levando o Presidente Figueiredo ao desvário".

Não é apenas o Presidente que se diminui com estas respostas, mas a Nação no seu todo, especialmente milhões de trabalhadores que ganham pouco. Esta foi mais uma das tantas afirmações que ocorreram na Câmara Federal, em data de ontem por parte do Deputado Freitas Nobre.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao visitar os Alagados, em Salvador - Bahia, demonstrou comoção diante da miséria e do espírito de fraternidade reinante. Lá, Sua Excelência provavelmente constatou que a maioria da população, percebe salário mínimo ou menos, chegando inclusive às lágrimas. Grande demonstração de "humanismo" ou talvez de demagogia. Mas em contrapartida, diante do que houve, ontem, se confirma que seu procedimento nos Alagados, foi apenas pura demagogia.

Seria esta a Mensagem Presidencial para o Dia da Criança?

A alternativa para os que percebem salário-mínimo, é a marginalização oficial, ou partir para o suicídio, dando um tiro no coco.

A ajuda do Governo neste setor de vital importância para a Nação em sua conjuntura social, devido ao grande número de assalariados e por conseguinte de menores desamparados e de comportamento desvirtuado, seria o suicídio e o infanticídio, conforme exemplo dado por sua Excelência o Presidente Figueiredo."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Lição de moral e civismo às avessas.

Na recente história da política brasileira tivemos um caso de perda de mandato parlamentar promovida pelo próprio Congresso Nacional por falta de decoro. Um caso único e entretanto exemplar: o que ocorreu com o Sr. Barreto Pinto, Deputado Federal pelo PTB do então Distrito Federal, na primeira



Legislatura depois da reconstitucionalização de 1945, passou de alguma sorte à memória nacional e serviu de advertência aos líderes e representantes do povo, para que não fossem mais tão afoitos em adotar formas de comportamento que não condissessem com o mandato recebido. Porque quem recebe um mandato obriga-se pelo mesmo fato a uma imagem a preencher determinadas expectativas: uma imagem padrão dentro dos juízos de valores dos segmentos da sociedade que representa. O homem público, enquanto tal, não é senhor de sua imagem; nem lhe é lícito ferir os que lhe aceitaram a autoridade com destemperos de atitude ou desmandos pessoais.

Por isso mesmo, indignamo-nos ao ler o diálogo do Presidente da República com crianças oriundas das cidades-satélites de Brasília, que foi uma aula de Moral e Civismo às avessas, pela linguagem que o primeiro mandatário da Nação se deu o direito de adotar e pelas distorções que todo o tempo transmitiu, ao falar do cargo e dos problemas econômico-sociais com que se defronta. Se o homem João Baptista Figueiredo só conhece aquela forma de humor, contenha-o Presidente. E, se o Presidente da República ainda não tomou consciência da sacralidade do Estado de que é Chefe, que pelo menos adquira respeito por outra forma da sacralidade, a sacralidade sem majestade das crianças, a sacralidade da ingenuidade, do gratuito e do dom.

Os governos revolucionários tinham conseguido restaurar-nos a sacralidade do Estado, quase arrasada nos prelúdios ao colapso do poder civil em 1964. Restauraram-na a um custo bastante alto, aliás, ao custo de não poucas violências ao caráter nacional.

É justo, não obstante, reconhecer que um Castello Branco legou-nos uma imagem da Presidência da República que fez apagar-se no desapeço a lembrança de um presidente que descalçava os sapatos por debaixo da mesa de almoços formais, de governantes que não se preocupavam com a sobriedade ou que não observavam regra alguma de trato com as pessoas. Castello Branco restabeleceu um respeito público que não está na abstração do cargo, mas que se incute e se irradia por meio da postura do titular: o respeito público pela Presidência é função do decoro com que se mostra o presidente.

O que se irá dizer agora de um Presidente da República que, perguntado por crianças sobre o que achava dos níveis miseráveis do salário mínimo ou sobre a razão das greves, se sai com respostas em que não se sabe o que é pior, se a falácia primária do conteúdo ou o rasteiro lamentável da forma? Um Costa e Silva chegava a pedir à reportagem fotográfica que não o flagrasse, se o surpreendesse num cacoete com o copo de "whisky" que as regras de bom-tom condenam com horror. Um Médici e um Geisel valiam-se da segurança para a proteção da vida pessoal e íntima. O mais recente desse ciclo de presidente parece querer tornar-se o primeiro de uma nova era, a era em que o presidente só se sente homem comum ao nivelar por baixo a educação — a sua e a que toma pela dos demais.

Um dia — e não faz muito — pretendeu-se ver um jornalista incurso na Lei de Segurança Nacional simplesmente por ter registrado com a liberdade que cabia no gênero literário adotado, a diferença de reações do público aos que lhe são dados como tipos exemplares. Num assomo de incompreensão, acreditou-se que o jornalista atentava contra as instituições ao narrar o que se presenciar ao pé da estátua de um herói nacional, Caxias, sufocada na esquisofrenia de nosso crescimento urbano. Esperemos que hoje se tenha amadurecido bem mais o entendimento do que é o respeito pelas instituições, para que, pelo menos fique uma lição positiva desse episódio, a todos os demais títulos constrangedor do diálogo público do Presidente João Baptista Figueiredo com crianças humildes dos arredores de Brasília. A lição é que o respeito público pelas instituições e encargos públicos é correlativo da dignidade com que neles se comportam os homens. E que não adianta esperar nosso aprimoramento político de um comportamento comum, se nos falta

um comportamento exemplar.

"Diante de crianças e de pobres que dele esperavam um padrão para o desafio do futuro e para a libertação da pobreza, o Presidente da República só soube ser o profeta da incultura e do vulgar".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diariamente o noticiário de jornais, rádios e televisões falam sobre a grave crise do petróleo, levando-nos a discutir, analisar e apresentar sugestões para o problema.

Certamente é um assunto de alta indagação e constante motivo de nossas preocupações.

Contudo, outros assuntos igualmente sérios, devem merecer de nossa parte maior atenção e melhor análise, alimentação, por exemplo.

Uma frase de um certo Ministro de Estado causou tanto impacto na opinião pública, que nos pareceu até que a solução para a fome do povo era boa a frase do péssimo ministro: "Vamos encher a panela do povo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quem vai encher a panela do povo, do que e quando? Estas perguntas não foram respondidas pelo Governo, e o povo, de barriga vazia, mais uma vez vai sendo enganado pelo Ministro de barriga cheia e de barriga grande.

É preciso que assuntos sérios sejam tratados com seriedade.

É preciso dizer ao Governo que piada não satisfaz a fome e a miséria do povo. A alimentação do brasileiro, na sua grande maioria, é uma alimentação deficiente, com teor de proteínas, vitaminas e sais minerais dos mais baixos índices do mundo, consoante estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde.

Para minorar esta deficiência, o brasileiro se habituou até por necessidade a comer carne bovina, só que agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um ato mensal, vale dizer, uma vez por mês, o brasileiro consegue comer carne, quando come, e o pobre só sente gosto de carne no dia em que morde a língua.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós que temos um dos maiores países do mundo; que temos um dos maiores rebanhos do mundo, temos também o índice de mortalidade famélica maior do mundo. Tudo porque o nosso Ministério da Agricultura é um dos mais incompetentes, também do mundo.

O Estado do Paraná sempre foi grande produtor de carne, com mais de uma dezena de grandes frigoríficos. Esses frigoríficos, somente esses, abatem aproximadamente, 4 mil cabeças por dia, e todos os dias.

Diante desse número bastante significativo, ocorre um ponto profundamente lamentável: grande parte desse abate é constituído de matrizes enxertadas, porque se permite tamanha barbaridade neste Brasil.

Tivemos o cuidado de nos informar com os pecuaristas e com os empresários do setor, e chegamos à conclusão de que, dois fatores preponderam para a matança indiscriminada de fêmeas: 1.º — os frigoríficos não podem diminuir sua capacidade de abate, sob pena de se constituírem em empresas deficitárias, provocando o desemprego e até a sua insolvência, o que aliás vem ocorrendo; 2.º — os pecuaristas não recebem a prometida ajuda creditícia acenada pelo Governo e pelo Ministro "de barriga cheia", para saldar seus empréstimos, sempre de prazos curtos, se obrigam a vender aos frigoríficos, as fêmeas reprodutoras.

A conseqüência dessa inconseqüência é que diminuímos rapidamente o nosso rebanho e, o mais grave, temos que importar carne, do Uruguai. Assim, o Brasil, um dos maiores países do mundo, com um dos maiores rebanhos do mundo, é abaste-

cido de carne, pelo Uruguai, um dos menores países do mundo. Só há uma saída para esse crônico problema da carne bovina, só há uma saída para evitarmos a importação de carne, só há uma saída para aumentarmos nossos rebanhos bovinos, é o Governo impedir a matança de matrizes, através de incentivo ao produtor. É necessário que o Governo do Paraná e o Governo Federal se sensibilizem para o problema, criando uma linha de crédito especial para o financiamento de retenção de matrizes.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de dar um testemunho de um fato que assistimos em um dos frigoríficos do Norte do Paraná: ainda na cidade de Apucarana, um pecuarista, impressado pelo Banco do Brasil, viu-se obrigado a dispor de 400 vacas reprodutoras que tinha em seu rebanho, e vendê-las ao abate, a um dos frigoríficos do Norte do Paraná. A cada marretada que era dada na cabeça de uma vaca, matava-se a vaca e matava-se, também, um bezerro. E o Governo Federal, mais uma vez através do Ministro do Planejamento e do Ministro da Agricultura prova a sua incompetência e a falta de sensibilidade aos graves problemas que assolam esta Nação.

Solicitamos aos nobres Deputados e à Comissão de Agricultura desta Casa, para que se pronuncie a respeito e se comunique com o Ministro da "barriga cheia", que, a situação do povo de "panela vazia" é muito difícil e que, a situação dos pecuaristas também está passando por uma noite negra e tenebrosa.

Era só. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Esta Presidência tem o grato prazer de anunciar a presença, neste recinto, do Sr. Deputado Federal Adolpho de Oliveira Franco.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já havia me silenciado, Sr. Presidente, a respeito dos problemas que vem balançando a tranquilidade e a ordem na região Oeste do Paraná, principalmente com os fatos acontecidos em Cascavel nestes últimos 40 dias.

Acontece, Sr. Presidente, que, desde 1977 temos feito denúncias a respeito de irregularidades acontecidas na administração de Cascavel e, em várias oportunidades tivemos ocasião de vir a esta tribuna apontar fatos que a população repudiava, e que as ruas do município vivem a dizer que, em Cascavel, a situação do arbítrio ultrapassa os limites da tolerância.

Surgiram várias denúncias escritas, o Foro de Cascavel já recebeu cerca de quatro delas e agora, Sr. Presidente, há poucos dias, a Justiça de Cascavel houve por bem acolher um mandato de segurança impetrado contra o Município de Cascavel, tendo em vista o desrespeito flagrante, público e acintoso do município, a respeito da concessão de uma linha de ônibus urbana, na Avenida Brasil, de Cascavel. É que, uma concessionária impetrou a segurança, na Justiça, visando assegurar a concessão que lhe fora concedida por esse mesmo município, e por conseguinte, Senhor Presidente, a Prefeitura, depois de perder o mandado de segurança, não está dando ouvidos à justiça, e não está acolhendo a determinação da ordem do mandado de segurança e hoje, para perplexão nossa, estou vendo mais uma manchete a denegrir o Município de Cascavel, depois do fato momentoso que alarmou a população de todo o Brasil, com relação ao crime que envolve os mandatários primeiros do Município, e agora, Senhor Presidente, venho a esta tribuna, fazer um apelo à Comissão Executiva do Poder Legislativo, para determinar que se reúna a Comissão Especial que foi constituída neste Poder, para investigar, para acompanhar o crime de Antônio Heleno acontecido em Cascavel e já não dá mais, Senhor Presidente, para permanecermos nessa inquietação, nessa acusação que muitos populares fazem à Comissão da qual estou

ainda fazendo parte e é justamente neste sentido que venho fazer um apelo aos eminentes Senhores Deputados que tomem para si a responsabilidade de reunir esta Comissão e ir ao seu final para buscar os objetivos para o que ela foi proposta e é neste sentido que faço um apelo à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, para solicitar aos eminentes Senhores Deputados componentes da Comissão Especial, para dar continuação ou para dar início aos seus trabalhos, sob pena de, aquele município ficar completamente distanciado de credibilidade do Poder Legislativo.

É uma situação que se impõe, Senhor Presidente, para que o Município de Cascavel se resguarde.

Peço ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa primeiro para credenciar os Senhores Deputados e secundamente, cumprindo o Regimento Interno, determinar que se faça a instalação desta Comissão, sob pena, Sr. Presidente, de nós termos que usar de outros meios para que esta Comissão cumpra a sua finalidade. Sei que é difícil à Presidência da Assembléia, no alto sentido de compreensão, de companheirismo e urbanidade de que é tocado o Presidente, mas justamente, com base nesses seus predicados é que formulo aqui desta tribuna o apelo para que a Comissão Especial se reúna e verifique todos os fatos que, inclusive, estão criando dificuldades administrativas para o Município de Cascavel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI. — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apresentando à apreciação da Casa, um requerimento dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando providências e enfatizando a necessidade de adoção de medidas para equacionar os problemas geradores do movimento grevista, dos motoristas de caminhão na cidade de Maringá. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, enfatizando a necessidade da adoção de medidas para equacionar os problemas geradores do movimento grevista dos motoristas na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

Centenas de motoristas, reunidos na cidade de Maringá, decidiram, com razão, paralisar suas atividades.

Os profissionais estão reivindicando, junto às diversas empresas transportadoras, o cumprimento da tabela de preços elaborada há dois meses.

Por outro lado, depreende-se que a Delegacia Regional do Trabalho sediada no Estado do Paraná, não é o órgão credenciado para dirimir o problema, razão pela qual se requer o encaminhamento do presente expediente ao Ministério dos Transportes.

Sugere-se regime de urgência no andamento das negociações, vez que o clima é de justificada revolta por parte dos responsáveis pelo transporte das produções paranaenses, eis que seus direitos estão sendo espezinhados."

Senhor Presidente, Srs. Deputados, a situação dos transportadores autônomos na Região de Maringá, passou por uma grave crise há dois meses, quando as autoridades ligadas ao setor lá estiveram e conseguiram chegar a um acordo entre os empresários da área de produção e as empresas da área de transporte, ao lado dos condutores autônomos.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que agora um novo movimento paredista está se dando em Maringá,



desde segunda-feira, desde que algumas empresas transportadoras, furam os preços das tabelas estabelecidas, com a mediação das autoridades do trabalho. Assim porque nós enfatizamos a urgência deste requerimento.

Aproveitamos também, Sr. Presidente, para encaminhar em nome da comissão encarregada do assunto da Bancada do MDB, emendas ao Projeto de Lei n.º 95/79, visando definir a situação do pessoal abrangido pelo quadro PS.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cultura da erva-mate já foi objeto, nesta Casa, de brilhantes pronunciamentos, dentre os quais citamos os realizados pelos nobres Deputados João Mansur e Jurandir Messias.

Nesta oportunidade, ocupamos a tribuna para novamente nos reportarmos sobre esta importante atividade agrícola, mormente em razão dos altos preços do café, que torna quase proibitivo seu consumo por parte da maioria dos segmentos da sociedade brasileira. E, nesta conjuntura, a erva-mate aparece como a opção mais lógica para as camadas de baixa renda de nossa população.

Ainda, numa atualidade como a nossa, em que assistimos a continuação do êxodo rural, pois os pequenos agricultores descapitalizados e pressionados pelos grandes complexos agropecuários — já não encontram sustentáculos que lhes garantam uma sobrevivência condigna, a erva-mate, cultura perene, que exige pouca tecnologia e capital, apresenta-se como uma das opções mais viáveis para os proprietários de minifúndios e áreas improdutivas, garantindo-lhes meios de subsistência e, exigindo grande demanda de mão-de-obra, fixando o homem à terra, evitando-se a migração maciça e o aumento das favelas urbanas.

Assim, a problemática da cultura da erva-mate continua atual, notadamente em nosso Estado, de vocação eminentemente agrícola. Por outro lado, como sabemos, o Paraná possui somente 8,7% de áreas cobertas, necessitando investimentos para reflorestamento. Ora, a erva-mate, sem dúvida alguma é uma excelente opção para cobertura vegetal, conseqüentemente teríamos reflorestamento de caráter eminentemente ecológico e social.

As atividades propostas no documento para as regiões ervateiras são: o incremento do plantio através do fornecimento de mudas subsidiadas para os ervateiros; o adensamento dos ervais nativos com baixa densidade de plantas por áreas; substituição paulatina dos ervais nativos em decadência por ervais cultivados; a alocação de recursos para as regiões ervateiras através do Crédito Rural, contemplando investimento (formação de ervais e beneficiamento da produção) e custeio (prevendo-se tratamentos culturais e colheita); campanha a nível social, de conscientização da população, visando o aumento do consumo da erva-mate; incremento da pesquisa na exploração dessa cultura; assistência técnica a nível de produtor e a organização dos produtores para a construção de barbaquás coletivos.

Notamos assim, que esse plano de desenvolvimento da cultura da erva-mate no Paraná, foi elaborado criteriosamente pela EMATER-PR, pois prevê, desde o incentivo à produção e produtividade, até sua industrialização e comercialização final. Assim, não poderíamos nos omitir, razão pela qual, congratulamo-nos com essa Empresa do Governo do Estado, que tanto tem feito pelo nosso produtor rural, principalmente os pequenos.

Entretanto, no documento, indentificamos a necessidade de readequá-lo, pois verifica-se que nem toda região ervateira foi contemplada. Ao analisarmos o documento, observamos que a Região Oeste e Sudoeste não estão contempladas para o incremento da produção de erva-mate. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essas regiões (Oeste e Sudoeste) do Paraná, não poderiam, por justiça, ficarem fora deste projeto que pretende seja desenvolvido. Isto porque, o Estado do Paraná foi,

em 1963, o maior produtor brasileiro de erva-mate. Entretanto, fatores como falta de estrutura do mercado; oscilações de preços, técnicas de produção inadequadas e maior possibilidade de ganhos das culturas comerciais, fizeram com que, gradativamente, a erva-mate fosse substituída.

Reconhecidamente, a cultura da erva-mate foi e é ao longo de muitos anos, uma atividade geradora de riquezas, particularmente para o pequeno produtor rural e, em conjunto, para a economia paranaense. Hoje, é notório no Paraná um quadro bastante pessimista com relação aos ervais, comprometendo, inclusive o fornecimento de matéria-prima ao parque industrial existente."

Nós temos em mãos, um Relatório que foi elaborado, e o qual teve também nossa modesta participação e que leva como título: "Erva-Mate na Recuperação da Flora".

Podemos dizer que naquele relatório, que foi um elo, através da União de Classes, cooperativas, classes interessadas, industriais, engenheiros agrônomos, fez-se um levantamento sucinto das propriedades do solo, bem como dos fatores climáticos e ecológicos, para a introdução de uma espécie de árvore que contribuisse para o reflorestamento, visando o setor sócio-econômico. E concluiu-se que com o plantio da erva-mate que é acima de tudo, econômico, é nativo, principalmente na região sudoeste do nosso Estado, poderá se obter os objetivos: reposição da Flora e Fauna; equilíbrio ecológico, fonte produtora de oxigênio; fonte reguladora do clima e temperatura; fonte que provoca precipitações pluviométricas ordenadas; conservação do solo; combate à erosão; uso do solo, conforme sua capacidade de uso; obtenção de dois produtos distintos a menor custo; desenvolvimento sócio-econômico; exploração de novos ramos comerciais e industriais; reposição de no mínimo 20 por cento da propriedade rural, com reflorestamento, evitamos a extinção da erva-mate.

O plantio da erva-mate, consorciado com pastagens, explorando a pecuária do leite ou corte; obtendo produtos distintos a menor custo e obtendo maior rendimento, atingiremos a meta governamental, plantando em solo onde não se pode mecanizar, retribuindo os 20 por cento do reflorestamento da propriedade rural. Se reflorestarmos com erva-mate, em curto espaço de tempo, três a quatro anos, teremos árvores que produzirão sombra, flores, frutas e condições para o desenvolvimento da fauna.

Conscientizados do problema, encontramos um método para a solução e que deverá ser posto em prática o mais breve possível e que possa contar com a integração de órgãos creditícios e agricultores, partindo do princípio de que toda a propriedade rural fosse reflorestada no mínimo 20 por cento de suas áreas, com erva-mate em um curto espaço de tempo obteríamos sistema regulador do meio ambiente. E conseqüentemente a recuperação da flora que proporcionará condições adequadas para o desenvolvimento da fauna.

Com a introdução da erva-mate, em solos declivosos, encostas de rios, lagos, ou até mesmo em terreno plano, não alterará em nada o desenvolvimento agrícola, porque já é provado na prática, desde que se use espaçamento adequado, pode-se perfeitamente plantar: erva-mate consorciada com pastagem; erva-mate consorciada com milho; erva-mate consorciada com batata; erva-mate consorciada com soja; erva-mate e todas as demais culturas anuais. Uma vez a erva-mate, industrializada, poderá ser comercializada, proporcionando maior arrecadação para o Município, para o Estado e para o País, bem como poderá ser importada trazendo mais divisas para a Nação. Conclusões daquele relatório: "E em função do exposto, ocupamos esta tribuna, para, rapidamente, tecermos considerações a respeito da erva-mate, como mais uma opção agrícola aos pequenos produtores, e para o próprio Estado. Inicialmente, queremos cumprimentar a Secretaria da Agricultura, que, através de sua empresa vinculada, a EMATER-Paraná, reali-

zou um projeto para incrementar a erva-mate em nosso Estado. Este projeto, basicamente, enfoca todos os entraves que se defronta a erva-mate do Paraná, apresentando, finalmente, as estratégias que devam ser seguidas para solucioná-las, entre os objetivos principais do projeto temos: incremento à produção ervateira, através do aumento do plantio; incremento do consumo interno; ampliação das exportações; racionalização das exportações; redução dos custos de extração; fixação do homem ao campo e geração de novos empregos; aumento da produtividade através da assistência técnica aos produtores; zelar pela conservação dos recursos naturais, e pela manutenção de condições ecológicas adequadas ao bem-estar social.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Zanchet, primeiro quero pedir escusas ao ilustre Deputado, por interromper tão brilhante pronunciamento.

Deputado, Vossa Excelência aborda da tribuna, um assunto que realmente nos preocupa, e tanto é, que já discutimos também desta tribuna, o mesmo assunto enfocado por Vossa Excelência, quando iniciou este pronunciamento, que por sinal, agradecemos penhoradamente.

Deputado, realmente Vossa Excelência vem situando sob todos os ângulos o problema da erva-mate principalmente no Estado do Paraná, principalmente quando Vossa Excelência falou do êxodo rural, quando Vossa Excelência falou do pouco capital que se usa, que se utiliza para o plantio da erva-mate.

Mas, muito mais alegrou-me, Sr. Deputado, quando Vossa Excelência abordou em seu pronunciamento que, hoje, já existe um órgão no Estado do Paraná que está dando incentivo ao nosso produtor, a EMATER, então ACARPA. Isso muito me alegra, Sr. Deputado, porque vejo que o Governo do Estado do Paraná, através deste órgão está interessado em ajudar o nosso produtor de erva-mate. É sobejamente sabido Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em 1.922, a erva-mate era, então, o produto de exportação principalmente do Estado do Paraná. Depois, veio a política cafeeira que, evidentemente, não somos contra a política cafeeira, mas, todos os Governos, toda a imprensa, todos os órgãos de um modo geral, preocuparam-se com o problema do café no Paraná e no Brasil, e a erva-mate ficou relegada, ficou esquecida totalmente dos Poderes públicos. Se o café trouxe a nós, divisas, concordamos porque sabemos que realmente trouxe, se a erva-mate também trouxe há anos atrás, por que então o Governo não procurar conscientizar, como bem disse Vossa Excelência, o povo, para que use, para que adquira a erva-mate, a fim de usá-la como chimarrão, como mate gelado que por sinal há pouco foi servido aos Srs. Deputados? Ora, Sr. Deputado, se ela é tão saudável e tem tantas serventias, por que nós aqui ficamos tão omissos a um problema tão interessante e que julgamos tão necessário à comunidade paranaense e à comunidade brasileira?

Não quero me alongar neste aparte, porque o pronunciamento de Vossa Excelência é de muita profundidade, de muito interesse para os ervateiros do Estado do Paraná, mas, fica aqui Deputado Túlio Zanchet, os nossos parabéns e a nossa solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência, que tem também o nosso apoio para que, em outras ocasiões, Vossa Excelência volte a esta tribuna, novamente enfocando este problema.

Estarei sempre ao seu lado, e é bom que se frise, Deputado, que o Deputado João Mansur, nosso companheiro, também está empenhado nesta luta da erva-mate no Estado do Paraná.

Encerrando o meu aparte, desejo dizer a Vossa Excelência que, fico satisfeito, fico realizado por ter conhecimento oficialmente hoje, através do seu pronunciamento, que a EMATER está dando incentivo, o incentivo que faltava ao nosso pequeno ervateiro, aquele pequeno agricultor sofrido lá do

interior, mas que a EMATER está chegando lá, graças a Deus. Muito obrigado.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Jurandir Messias, que veio enriquecer sobremaneira o nosso pronunciamento.

Sabedor dos propósitos deste grande Deputado, bem como dos propósitos do Deputado João Mansur pelos diversos pronunciamentos já feitos nesta Casa, sabíamos, de antemão, que encontraríamos respaldo nestes dois Deputados. E sabemos também que, os demais representantes, da Oposição e da Situação, estão comungando neste mesmo sentido, porque realmente a ativação desta cultura vem de encontro aos anseios de uma classe que, se hoje está um tanto esquecida, no amanhã, poderá representar uma nova redenção ao nosso pequeno agricultor.

Nós que derivamos lá do Rio Grande do Sul, e que já estamos habituados ao consumo do mate em forma de chimarrão, hoje radicados aqui neste Estado e tendo este Estado como o nosso verdadeiro torrão, verificamos e continuamos consumindo também lá na região que temos a honra de representar, em forma de chimarrão.

Mas, por felicidade nossa, e até nos alegramos neste momento, quando nos pronunciamentos a respeito da erva-mate, está sendo servido, por coincidência, e creio que até tenha sido fruto da própria providência divina, um mate gelado hoje, para enriquecer aquilo que estamos trazendo hoje ao conhecimento da Casa, ao conhecimento dos nobres Deputados e ao conhecimento do Paraná e do Brasil.

Tem o aparte o Deputado João Mansur.

O Sr. João Mansur — Muito obrigado, Deputado Túlio Zanchet. Inicialmente, queria agradecer as referências feitas por Vossa Excelência sobre o nosso pronunciamento e os diversos pronunciamentos que o Deputado Jurandir Messias tem feito nesta Casa com relação ao que representa a produção ervateira do nosso Estado.

Falar da erva-mate nesta Casa e neste Estado, ninguém melhor que Vossa Excelência, como um dos grandes produtores da erva-mate no Paraná, e um dos grandes incentivadores da erva-mate e seu reflorestamento no nosso Estado.

Portanto, Vossa Excelência com a autoridade que possui, com os conhecimentos e com o entusiasmo que vive o problema da erva-mate, tem todas as condições de abordar e de levar ao conhecimento desta Casa como de todo o Paraná, a problemática ervateira no nosso Estado.

Eu queria associar-me aos cumprimentos que Vossa Excelência faz à EMATER, mas queria também, Deputado, não deixar de louvar a atitude da reflorestadora do Banco do Estado do Paraná, que a pedido e por ordem de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, já está produzindo sementes e mudas de erva-mate para distribuir a todos aqueles que se interessarem por esta cultura, dando uma demonstração de que o Governo do Estado também está preocupado para fazer renascer novamente, aquilo que outrora já representou muito na balança orçamentária do nosso Estado, que foi a erva-mate.

Veja bem, Deputado Túlio Zanchet, a importância do pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde. Se as autoridades responsáveis desse Estado não se preocuparem com este problema tão importante que Vossa Excelência aborda neste instante, nós corremos o risco, dentro em pouco, de estar importando também a erva-mate para consumo interno do Brasil.

Por isso quero louvar Vossa Excelência e dizer a Vossa Excelência que estaremos ao seu lado nesta luta, para que o Paraná volte a representar aquilo que já foi no passado.

Que a erva-mate venha pesar na balança orçamentária do nosso Estado, apesar de todos os benefícios, principalmente o problema social que ela encarga, quando abriga milhares e milhares de companheiros e compatriotas nossos dando

mão-de-obra a famílias inteiras, como é bem do conhecimento de Vossa Excelência.

Portanto, Vossa Excelência, numa tarde inspirada traz ao conhecimento desta Casa, mais de perto este assunto tão palpitante. Continue, Deputado Túlio Zanchet, e nós estaremos do seu lado, estaremos ao lado dos produtores de erva-mate do Paraná.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Agradeço o aparte do Deputado

João Mansur, e quero dizer que sou um modesto produtor de erva-mate, muito minúsculo, e os meus conhecimentos também são parcos nesse sentido. Sou mais um consumidor do produto que quase e propriamente um produtor. Tenho incentivado realmente, o plantio da erva, até e tenho esperança de, no amanhã, prestar a minha contribuição mais decisiva quando nós tivermos incrementado e desenvolvido esta cultura, para oferecer àqueles que já estão atendendo em caráter particular, fazendo investimentos próprios sem subsidiamento, atendendo, como lhes disse, o nosso chamamento, para, no amanhã, nós num parque industrial sofisticado, aproveitamos integralmente o trabalho daquela gente que vive lá na nossa Região, e aproveitarmos, com um melhor rendimento, esta tão importante cultura.

Vossa Excelência, nobre Deputado João Mansur, sabemos que fala de cátedra e com profundos conhecimentos; foi um dos primeiros pronunciamentos que ouviu aqui nesta Casa, logo após ter assumido, ouvi de Vossa Excelência e naquela oportunidade, já lhes dizia do que estávamos realizando naquela região.

Agradeço as citações que foram feitas por Vossa Excelência. De minha parte, não são tão merecidas, mas são mais merecidas ao povo e à gente que vive em nossa região.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Desde a minha infância, mesmo estando distante da política, já ouvia, naquela época, muitas críticas à política e a políticos. Depois que cresci, principalmente depois que ingressei na política, passei a viver com ela, é que percebi realmente que, se dependesse da política e dos políticos muitos dos problemas que nós hoje enfrentamos neste País, não estaríamos enfrentando, porque pode existir alma e sensibilidade iguais as dos políticos, mas não mais. O político está sensível a tudo e a todos que, de uma forma abrangente, toma conta hoje de todo o ser humano e daquilo que o cerca.

Tivemos, neste País, no início de seu descobrimento, o uso abusivo e a exploração de minérios e de outras coisas que levaram quase tudo deste País. Tivemos o ciclo da borracha. Acabaram com a borracha neste País. Se não acabaram, pelo menos deixaram-na sem condições de exploração.

Tivemos o ciclo da cana-de-açúcar. Tivemos o ciclo da erva-mate. Tivemos o ciclo do café, que estão aí tentando, por todas as formas, acabar com o mesmo. Estamos vivendo hoje o ciclo da soja; oxalá daqui a dez ou vinte anos, os Deputados que nos substituírem não estarão usando desta mesma tribuna para fazerem as críticas que nós estamos fazendo hoje, de se explorar, tirar tudo e se substituir, quem sabe, esta soja por outro produto não tão importante quanto ela.

Congratulo-me com Vossa Excelência, e gostaria de, como sugestão, que hoje nós temos uma região vastíssima neste Paraná, por alguns até chamada o ramal da fome, onde predomina as pequenas propriedades rurais, onde a própria Secretaria de Agricultura concentra o seu trabalho no chamado atendimento ao produtor de baixa renda. E que são regiões que no passado já contribuíram, e muito, com a erva-mate neste Estado e com divisas para o Brasil.

Aproveitamos esta oportunidade, no discurso de Vossa Excelência, para sugerir também que, realmente, se faça um aproveitamento econômico com áreas de reflorestamento de pequenas áreas, principalmente nestas propriedades onde hoje concentra o trabalho da Secretaria da Agricultura, mais

precisamente pela ACARPA, na orientação do produtor de baixa renda. Para que ele tivesse uma alternativa daqui há alguns anos, de ter melhores recursos econômicos para si e para sua família.

Congratulo-me com Vossa Excelência e volto no início do aparte que me concedeu, que, realmente, assim como os políticos, por séculos neste País, desde que existe Parlamento, têm levantado, têm debatido e têm levado à opinião pública, os maiores e os mais graves problemas deste nosso Estado, deste nosso País.

Hoje Vossa Excelência traz o problema da erva-mate, com muita autoridade, porque entende e vive este problema.

Quero congratular-me com Vossa Excelência pela oportunidade do discurso.

Muito obrigado.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sou também muito grato pelo aparte que vem enriquecer sobremaneira os nossos propósitos, o nosso pronunciamento sobre a importância da cultura da erva-mate.

E, o que mais me animou a analisar o projeto que é denominado "Pro Rural", projeto da erva-mate, também denominada "Illex paraguayense", nós, ao verificarmos todo este projeto, onde fixa as suas prioridades, deparamos no mesmo que, segundo determinações do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, através de portarias que nós vamos nominar aqui, ao fazermos a análise deste documento, nós, se de um lado estamos animados no incremento desta cultura, por outro lado nos aborrecemos até mas estamos aqui para, ao fazermos esta análise, encarecermos providências outras, que temos a certeza sensibilizarão os nobres Pares desta Casa, o Governo do Estado e o Governo Federal, e farão com que a região que representamos aqui e outras regiões do nosso Estado sejam incluídas nos benefícios deste projeto que foi elaborado pela EMATER.

Ao analisarmos o documento, observamos que a região oeste e sudoeste não estão contempladas para o incremento da produção de erva-mate. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas regiões oeste e sudoeste do Paraná não poderiam, por justiça, ficarem fora deste projeto, que pretende seja desenvolvido, isto porque o sudoeste em particular, apresenta topografia, clima e estrutura fundiárias próprias para o cultivo em larga escala, da erva-mate.

Lembro-me ainda, quando residia no Rio Grande do Sul, e lá já me dedicava a esse tipo de cultura, e era difícil a multiplicação de mudas, para nós que já nos dedicávamos a esta atividade, para o desenvolvimento de reflorestamento. Mandávamos então, no Estado de Santa Catarina e do Paraná, onde os ervaís eram nativos e que muitas mudas existiam pelo meio do mato; mandávamos recolher aquelas mudas e plantávamos lá, para desenvolver a atividade.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eminente Deputado, o pronunciamento de Vossa Excelência traz uma preocupação muito grande e só quero, neste breve aparte, congratular-me com Vossa Excelência e dizer mais uma vez que o Governo, às vezes, todas as decisões atrás das mesas e nos seus gabinetes, sem ouvir a classe política, sem ouvir o militante político que conhece profundamente os problemas cruciais de cada região. E é até um absurdo o Governo descurar da necessidade da implantação desse sistema na região, principalmente no sudoeste. Já não diria do Oeste, mas do Centro-Oeste e do Sudoeste, seria até um exagero a gente imaginar que o Governo não tenha dado ouvidos à classe política ali representada.

É por essa razão que deixo aqui o meu protesto e me con-

gratulo com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Agradeço também o aparte de Vossa Excelência. E, para concluir. (Continua lendo):

“Os municípios sudoestinos são substituídos, em sua grande maioria, por minifúndios. A região é acidentada, o que em grande parte, impossibilita a mecanização. O clima de nosso sudoeste, a prioridade, com estações bem definidas, no inverno sujeito ao fenômeno da geada e até da neve, não comporta culturas sensíveis ao frio, mas é extremamente generoso com plantas perenes e não sujeitas às alternâncias climáticas.

Tudo isto, já fez do Sudoeste do nosso Estado, uma região rica em ervais nativos, o que prova a perfeita adaptação da erva-mate ao solo e ao clima da região. Hoje, com uma realidade agrária calcada em minifúndios, em geral de difícil mecanização pela topografia acidentada, faz dos municípios sudoestinos do Paraná a região em que deveria, assim entendemos, estar incluída como área prioritária para o atual plano de desenvolvimento da erva-mate.

Ainda é tempo para que os técnicos da Secretaria da Agricultura (EMATER-PR), reavaliem o projeto e coloquem também municípios do Oeste e Sudoeste como regiões ervateiras no programa que ora está sendo implantado.

No entanto, há necessidade de modificar-se parte da legislação pertinente ao reflorestamento e portaria do IBDE, ou seja:

1) — A Lei n.º 5.106, de 02/09/66, e o Decreto-Lei n.º 1.134, de 11 de novembro de 1.970, que trata do reflorestamento com incentivos fiscais, pois têm-se determinação de que somente áreas acima de 50 hectares podem receber esses benefícios. Ora, a erva-mate produzida pelos pequenos produtores, não pode receber esses incentivos.

Assim, vê-se a necessidade de rever os critérios para erva-mate.

2) — A Portaria n.º 3.234 - DEM do IBDF, para que sejam incluídos como áreas para reflorestamento com erva-mate, além dos municípios atuais, aqueles incluídos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Em face do exposto, pedimos a esta Casa que oficie ao Sr. Governador e ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no sentido de que os municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná sejam também incluídos como região prioritária no projeto de desenvolvimento da erva-mate.

Era o que tínhamos a reivindicar, contando, como sempre, com o apoio desta Presidência e dos nossos nobres colegas Deputados.”

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que acaba de receber expediente nos seguintes termos: “Com grande satisfação e honra, nos dirigimos a Vossa Excelência e Membros desta Assembléia Legislativa do Paraná, no sentido de convidarmos os Srs. Deputados Estaduais e familiares, a nos dignarem com suas presenças, assistindo a apresentação da peça teatral “O Contestado”, de produção desta Fundação Teatro Guaíra, através do Teatro Comédia do Paraná”, sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte”.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados, que os ingressos para as sessões de sexta-feira, sábado e domingo, encontram-se no Gabinete da Presidência.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Emenda Aditiva n.º 05, ao Projeto de Lei n.º 95/79, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que integrarão a Comissão Especial destinada ao Estudo da Problemática Cafeeira em nosso Estado. — **Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 102/79), que acresce ao Art. 9.º da Lei n.º 1384, de 10/11/53, parágrafo com redação que especifica, possibilitando à COPEL participar na busca de soluções ao problema energético. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Com Emenda do Plenário. Em votação a Emenda de Plenário. — **Aprovada.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 87/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ITAMBARACÁ, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 89/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios nominados, que com a participação e interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesse metropolitano, visando o planejamento integrado do uso do solo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 92/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 149/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GRANDES RIOS, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio n.º 01/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 72/79 e Mens. Aditiva n.º 95/79), que objetiva solucionar situação de Servidores admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, na forma e condições que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, C.F., por unanimidade, e C.R.H., por maioria. Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, há indicação da Mesa se, essas emendas não podem ser discutidas assim que vão sendo votadas, ou se, na votação de cada emenda, há possibilidade de, para na votação, fazer-se o encami-

nhamento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Exatamente, nobre Deputado.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda Substitutiva n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fundamentalmente é este substitutivo geral que a bancada do Movimento Democrático Brasileiro apresentou à Comissão de Constituição e Justiça em forma de voto em separado e naquela comissão, não conseguiu a maioria necessária para a sua aprovação, tendo no voto de Minerva prevalecido o parecer do relator da matéria, ficando portanto, o nosso voto em separado.

Mas, Senhor Presidente, nós fundamentamos este nosso voto nos seguintes termos:

“A Mensagem Governamental n.º 72/79, chegou à Assembléia Legislativa do Paraná no final do mês de junho visando corrigir as distorções provocadas pela vigência da Lei 6508, de 13 de dezembro de 73. A simples vinda de tal Mensagem causou um alvoroço tão grande no seio do Magistério paranaense, mobilizando as entidades classistas que o Governo estadual se viu tanguado a enviar em seguida a Mensagem 95/79 contendo emendas à mensagem original.

A iniciativa governamental prova à primeira vista as incongruências contidas no seu bojo. Vejamos, portanto:

“A Constituição estadual em seu artigo 138, § único diz: O Magistério estadual será organizado em Estatuto próprio mediante lei”.

O Estatuto do Magistério público do ensino de 1.º e 2.º graus do Paraná estabelecido pela Lei Complementar n.º 7/76, de 22-12-76 determina que: “o presente Estatuto organiza o Magistério Público do ensino de 1.º e 2.º graus, estrutura as respectivas séries de classes nos termos da Lei Federal n.º 5.692, de 11.08.71 e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à Administração do Estado do Paraná.”

Ora, a Lei 5.692, de 11.08.71 em seu artigo 35 diz:

“Bão haverá qualquer distinção para efeitos didáticos e técnicos entre os professores e especialistas, subordinados ao regime das leis do trabalho e os admitidos no regime do serviço público.

O Artigo 36 diz:—

“Em cada sistema de ensino haverá um estatuto que estructure a carreira de magistério de 1.º e 2.º graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente lei e complementando-as no quadro da organização própria, do sistema”.

Portanto, a Lei 5.692/71, apenas aceita dois regimes para o Magistério Público estadual do ensino de 1.º e 2.º graus. O primeiro deles, o Estatuto do Magistério aqui no Paraná consagrado pela Lei Complementar 7/76 e o segundo, o Regime das Leis do Trabalho.

“A Mensagem Governamental em seu artigo 1.º não atende às disposições da legislação superior vigente, seja a Constituição estadual, seja a Lei Complementar n.º 7/76, seja a Lei n.º 5.692/71.

Acresce mais que o artigo 23 da Constituição estadual estabelece uma hierarquização no processo legislativo.

Artigo 23 — O processo legislativo compreende a elaboração de:

1.º - emenda à Constituição; 2.º - leis complementares à Constituição;

3.º - leis ordinárias; 4.º - leis delegadas;

5.º - decretos legislativos; 6.º - resoluções.

Por sua vez o artigo 26 da mesma Constituição Estadual, em seu parágrafo único, define as atuais leis complementares, artigo 26, parágrafo único, número 6, o Estatuto do Magistério.

Ora, estabelecendo a Constituição Estadual uma hierarquização no processo legislativo, e havendo uma lei complementar definindo o Estatuto do Magistério, a este baseado numa lei federal número 5.692/71, determina o quadro próprio do Magistério. Conclui-se que tal hierarquia não pode ser atropelada pela proposta ora em análise. Portanto, legal, constitucional e lógico, será situar tão somente professor regido pela Lei n.º 6.508/73, nas condições previstas na Lei Complementar n.º 7/76.

Pelo exposto e nosso voto em separado ao projeto de lei oriundo da Mensagem 95/79 e anteriormente da Mensagem 72/79, apresentamos o presente substitutivo geral; no tocante à situação dos outros servidores do quadro do pessoal suplementar, não abrangido pela Lei Complementar n.º 7/76, igualmente espoliados na prestação de serviços e sua mão-de-obra durante tantos anos, ao arrepio das leis sociais, entendemos que os dispositivos governamentais propostos na presente mensagem, devem merecer acolhimento, por ser de absoluta justiça, embora tardia, justificando, inclusive, a exigência de pagamento às diferenças salariais, ao longo do tempo, quando percebiam remuneração inferior ao salário mínimo vigente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e segue o substitutivo, basicamente, deferindo do desejo do Governo estadual, ao propor a estabilidade do Magistério, dentro do quadro único de pessoal do Poder Executivo, visando, claramente, a evolução porque passou o sistema educacional brasileiro, desde a famosa reforma educacional Capanema de 1.943, seguida posteriormente da Lei 4.024, de 1.961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, quando já aí então se previa, se propunha, a profissionalização da carreira e da categoria profissional do Magistério.

Mais do que isto, entretanto, chega a Lei n.º 5.692/71, tentando estabelecer o sistema educacional, o sistema de ensino de primeiro e segundo graus, e ela, claramente, nos seus artigos 35 e 36, estabelece a situação do professor ao dizer, - não haverá qualquer distinção para efeitos didáticos e técnicos, entre os professores especialmente subordinados ao regime das leis do trabalho admitidos no regime do serviço público.

Mas na mesma Constituição Estadual, do Estado do Paraná, portanto o parâmetro maior para a colocação de qualquer situação funcional dos homens que prestam o serviço público, ela estabelece, no seu parágrafo único, do artigo 138 - o Magistério Estadual será organizado em Estatuto próprio mediante a lei.

Ora, é evidente e é muito claro também, que a sistemática utilizada no aproveitamento dos padrões de trabalho dos professores da rede estadual de ensino, classificando e colocando uma carga mínima horária para um nível definido de vencimentos e um padrão de serviços, estabelece a figura da aula extraordinária, estabelece a figura da aula suplementar.

A situação desses suplementaristas que vêm se estendendo por decênios inteiros, é claro que mereceu a preocupação de todos nós. Sejam os homens de oposição ou situação. Entretanto, o remédio hoje, objetivado pelo Governo nessa Mensagem 72/79, e posteriormente, na mensagem aditiva complementar e restauradora, 95/79, vem ferir a tradição já utilizada no Paraná.

Vejam-se por exemplo que em 1961 o Estado do Paraná resolve o problema dos professores suplementaristas daquela época, estabelecendo o famoso concurso, ou a famosa admis-



são dos mil dias.

O que era a "admissão pelos mil dias de serviço"? Naquela oportunidade, quem colocou em prática a admissão e a absorção desses professores, foi exatamente o General Ney Braga, quando Governador do Estado, eleito pelo voto direto pelo povo, no seu primeiro mandato. Estabelecida que, o professor que tivesse mil dias de efetivo exercício, no magistério de aulas suplementares, passava a incorporar o quadro estável do Estado. E esses professores que em 1961 foram estabilizados, beneficiando-se de um dispositivo da lei pelo fato de terem exercido o magistério por mais de um mil dias consecutivos, estão hoje, no nível 5, do Estatuto do Quadro Próprio, previsto pela lei 7/56, que estabeleceu o Estatuto do Magistério.

E vamos além. Houve concursos posteriores, beneficiando inclusive os professores portadores de registro de: Registros fornecidos pela campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário pela CABIS. Professores que na época eram efetivados no nível 16, enquanto professores de licenciatura plena eram efetivados no nível 22 e posteriormente no nível 24. Ao ser votada a lei complementar, estabelecendo o estatuto do magistério, em 1976, estes professores foram absorvidos no quadro próprio do magistério e hoje integram a carreira profissional, no nível cinco de vencimentos.

Posteriormente, tivemos ainda, os professores que se beneficiaram, embora tendo que ir às barras dos tribunais para fazer o Governo cumprir a lei mas que se beneficiaram do estatuto pela Constituição Federal, de 1967, que rezava um princípio fundamental: "aqueles que estiverem prestando serviço público, por cinco anos ou mais, na data da promulgação dessa Constituição, terão estabilidade no serviço público".

E este princípio constitucional, arrastando-se por meses e meses, por anos e anos, finalmente fez a classe vitoriosa e o Governo do Estado foi obrigado a aceitar a Lei Maior, e estabilizou a situação funcional desses professores.

E onde estão hoje os professores estabilizados pelo preceito constitucional de 67? Estão no quadro próprio do Magistério, regidos pela Lei 7/76, estabelecendo o Estatuto do Magistério.

Apregoa-se tanto aos quatro ventos, as conquistas obtidas através da implantação da reforma de ensino, baseada na Lei 5692/71. É questionável e é discutível e deve ser inclusive repensada a orientação que está tendo o sistema educacional brasileiro, baseado e fundamentado na 5692. De profissionalização, a nível de segundo grau. Observa-se uma verdadeira piada, em termos de formação profissional. Entretanto o decantado pela Lei 5692. Prevê apenas dois regimes de trabalho: o da consolidação das Leis do Trabalho, ou então a situação estatutária do professor.

É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Aliança Renovadora Nacional, no seu parecer, sai pela tangente no aspecto constitucionalidade, ao dizer que a iniciativa de propor benefícios ao funcionalismo público civil ou militar, pela Constituição é competência do Executivo.

E também o preceito constitucional é claro, ao dizer no artigo 138 que o magistério será regido por um estatuto próprio específico, definido em lei, e esta lei foi definida em 1976 ao estabelecer o estatuto do magistério, reportando-se e obedecendo uma impliação da lei 5692, que estabeleceu o sistema educacional de primeiro e segundo graus.

Ora, se a Lei 5692 estabelece a sistemática educacional de primeiro e segundo graus, estabelece as relações entre empregador e empregado na prestação de serviços na educação, estabelece também a necessidade básica fundamental e essencial de se ter um estatuto do magistério, deixar-se de lado a mística da sacralidade da profissão de professor e saber que ele é um trabalhador como qualquer outro, e, portanto, por ser também um cidadão integrado às necessidades, aos anseios e aos desejos da sociedade civil, tem e precisa, portanto, de ser respeitado na sua integridade e na sua categoria profissional.

A grande conquista da 5692, a grande conquista da Complementar 7/76, foi exatamente, Srs. Deputados, a profissionalização da carreira de magistério; profissionalização que nós só entendemos desde que se possa dar ao professor a realização plena e integral do seu exercício, exercício este obtido através de concurso, obtido através do primeiro padrão, obtido e complementado através do segundo padrão.

Aí é um homem livre, aí é um homem realizado na sua profissão e na sua carreira. E, quando se pensava que o Estado do Paraná tinha dado um passo à frente, estabelecendo as normas legais que o enquadravam nos ditames da Lei 5692; quando se exigia uma solução que fosse social, que fosse moral, que fosse política, mas que fosse, acima de tudo, legal e de justiça para atender aos implicados e aos ligados ao quadro de P.S. do Paraná, vem o Governo do Estado fugindo à Lei 5692, fugindo do Estatuto do Magistério, propor agora, um terceiro sistema, um terceiro regime de trabalho.

E parece que é fundamental, é importante, e é básico ao legislador, não apenas ter a iniciativa de propor projetos de lei, mas, essencialmente, vigiar e fiscalizar para que as leis existentes sejam efetivamente cumpridas, obedecidas e, acima de tudo, o seu espírito atinja o objetivo social para a qual foi elaborada, apreciada, discutida, votada e sancionada.

Entretanto, quando a lei 5692 fala em dois regimes de trabalho, ela fala no professor enquadrado na CLT e o Estado do Paraná vem descumprindo a lei há tantos e tantos anos. E ela fala também no Estatuto Próprio do Magistério, Estatuto este que deveria nesta Casa, ser repensado, ser redefinido e ser adequado às realidades reais do Estado do Paraná e às necessidades da população paranaense. Entretanto, quando se estabelece e se preconizam dois regimes de trabalho, quando a experiência já tida no Estado do Paraná, Sr. Presidente, mostrou dois tipos de estabilidade para o professor tanto da Lei dos 1.000 dias hoje incorporada ao Quadro Próprio do Magistério, como àqueles estabilizados pela Constituição de 67 hoje incorporados ao Quadro Próprio do Magistério, vem a Mensagem 95/79, ao arrempio da lei, contra as disposições legais, propor um terceiro tipo de categoria profissional, colocando o Professor no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. Por isto nós apresentamos este Substitutivo Geral e apelamos, inclusive, para que se olhe o sentido da Lei 5692 da Lei 07/76, e da Constituição Estadual do Paraná, fazendo um apelo a todo o Plenário para que seja aprovado este Substitutivo. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em votação a Emenda n.º 01.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Sr. Presidente. Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Renato Bernardi acaba de mostrar como já o Estatuto do Magistério abriga em seu seio, pessoas que anteriormente à sua vigência, já estavam efetivadas no Estado, demonstrando que, nem por isto, a presença desses professores está a desprestigiar a classe dos professores do nosso Estado.

Ontem se discutiu muito a constitucionalidade ou não, da matéria. Um dos artigos deste projeto de lei está passando, inclusive, despercebido, o artigo que fala dos PSs. Não venho aqui para discutir a constitucionalidade ou não, mas, quero deixar nos Anais desta Casa, o meu ponto de vista: tanto é inconstitucional o professor ser enquadrado no Quadro do Pessoal do Executivo, como é inconstitucional ser enquadrado no Quadro do Magistério. A única fórmula existente para o professor entrar e ser professor, deveria ser, indiscutivelmente, o concurso. Estamos discutindo muito, o professor, e discutindo muito pouco, a educação e, eu ousar dizer que, talvez, os meus bisnetos irão talvez, graças a esses jeitinhos brasileiros de enquadrar, talvez, te-



rem professores no futuro, com condições menores. Mas, entre uma inconstitucionalidade e outra, ficamos com aquilo que achamos mais justo e, mais justo nada mais é, do que o professor ser enquadrado no seu quadro próprio.

O Deputado Renato Bernardi citou os precedentes e citou inclusive o caso dos Suplementaristas com mais de cinco anos em 1967, e que, para que se esclareça, este assunto que ontem também foi abordado, aqui está o projeto de lei e a lei que deu até ganho de causa a uma luta, a uma reivindicação antiga dos suplementaristas que já tinham 5 anos, em 1967.

É importante que se diga, porque ontem pairou uma dúvida. Não apenas os professores que tinham um padrão, mas todos os suplementaristas que tinham em 77 cinco anos de efetivo magistério, foram estabilizados, foram colocados no Quadro Próprio do Pessoal do Executivo e posteriormente enquadrados no Estatuto do Magistério.

Mas, isto foi antes do Estatuto do Magistério. Mas posteriormente ao Estatuto do Magistério esta Casa aprovou o Projeto de Lei n.º 201/78 quando usando de um artifício usado desta tribuna por esse Deputado, o então Governador, numa mensagem de aumento do funcionário público, conseguiu e estávamos em épocas de bioncidades, enquadrar 88 especialistas de educação no Quadro do Magistério, abrindo precedente e tenho em mãos o projeto de Lei n.º 201 em cujo artigo 9.º diz o seguinte:

Trata-se de um projeto de lei de aumento de funcionários e que de uma maneira toda ela cheia de ardis enquadrou 88 professores biônicos no Estatuto do Magistério.

Artigo 9.º:

“Ficam enquadrados no grupo ocupacional MPE-200 Série-Classe E nos termos dos anexos 1-B e 2-B da Lei Complementar n.º 7, de 22/12/76, no Código 202, os atuais 72 ocupantes do cargo de orientador educacional e no Código 205 os atuais 7 ocupantes do cargo de técnico em educação e os atuais 9 ocupantes do cargo de assistência de educação”.

Naquela oportunidade, fiz um histórico e fui ver a origem desses 88 biônicos que pegaram as vagas no Estatuto do Magistério. E a origem, alguns correta, alguns professores que já no Estatuto anterior, desde 1968, estavam realmente já exercendo a função de orientadores educacionais, assistentes de educação ou técnicos em educação.

Acontece que já naquele Estatuto os cargos de assistente de educação e técnico de educação estavam no Quadro Suplementar e por esta Lei da bioncidade desses professores, eles foram reativados e foram ocupar vagas que estão hoje sem serem ocupadas por aqueles realmente formados.

Fiz um longo histórico naquela oportunidade, mostrando da maneira como se todas as leis foram desrespeitadas e finalizei o meu pronunciamento e está aqui no Diário da Assembleia, mostrando realmente, porque 88 biônicos eram enquadrados numa lei de aumento de vencimentos. Acontece — e é bom que os Deputados mais novos saibam — que no dia 14/11/78, às vésperas das eleições, se estabeleceu neste Estado, em Curitiba, a célebre operação pente fino, operação que levou a uma reunião em diversos estabelecimentos de ensino da capital, mas principalmente no Colégio Estadual do nosso Estado, políticos que desesperados às vésperas das eleições prometeram tudo, inclusive as 88 vagas para esses biônicos que entraram no Quadro do Magistério.

Está aí, Senhores Deputados, senhores professores o precedente para que todos os suplementaristas não com mais ou menos de dois anos, com uma aula sequer dada a este Estado, sejam enquadrados no Quadro que lhes é próprio. Não existe outro argumento. Está aqui a Lei cujo Projeto de Lei era 201/78, aprovado por esta Casa com o protesto deste Deputado que já havia naquele momento, abertura de um precedente, precedente que se hoje fosse usado estaria fazendo justiça a pessoas que estão talvez 10, 15 anos dando aulas neste Estado.

Portanto, o precedente está aí. Não haveria necessidade de ficarmos compelidos de colocarmos no Quadro do Magistério esses que estão começando aulas no momento.

Outro problema que é bom que esta Casa e os Anais da Assembleia registrem, é que atrás desta mensagem de lei, existe um fato muito grave. Acontece que no Paraná, Srs. Deputados, diversos professores, professores com “P” maiúsculo, tiveram a coragem de entrarem na justiça, solicitando os seus direitos e tiveram ganho na justiça. Quando a justiça reconheceu que estes professores têm direitos adquiridos e o Estado lhes deve todos os seus direitos da CLT.

O que se pretende agora, Srs. Deputados, é jogando estes professores para um padrão que não o deles, calar estes professores; porque estes professores que ganharam em juízo o direito que tinham, que tiveram de ir a juízo, terão de calar, ou se não, enquadrados no Estatuto do Funcionário Público serão transferidos, serão removidos, serão perseguidos.

É isto que está a encobrir esta necessidade, esta pseudobondade do Executivo, para com o professorado paranaense.

Na verdade, se quer é calar o professor e se fazer com que o suplementarista não corra mais às Varas dos tribunais a pedir os seus direitos, porque isto talvez levasse ao caos financeiro do Estado, porque o Estado deve muito. Deveria pagar e este deveria ser o procedimento desta Casa, rejeitando um projeto que faz calar o professor.

Srs. Deputados, a solução não é para a educação. A solução não é para o professor. A solução é para o Governo. É uma solução encomendada para o Governo que não vai pagar as suas obrigações com a CLT. Não é solução para a educação, porque não serão os melhores os nomeados. A solução é apenas para o Executivo.

Srs. Deputados, estamos às vésperas de aprovarmos mais um plano plurianual de investimentos. E é oportuno, quando se fala em educação, também desmistificar este plano, porque está o Sr. Governador a dizer aos quatro ventos que a sua meta é o homem. Não faremos desenvolvimento apenas pelo desenvolvimento. Não iremos fazer grandes investimentos, mas iremos investir no homem. Muito bem. Será verdadeiro isto, Srs. Deputados?

Tenho alguns dados que dizem que não o são. Vejam os Srs. que o Plano Plurianual de Investimentos prevê despesas para 1980 de 92 bilhões e 73 milhões de cruzeiros. 81,95 bilhões e 349 milhões de cruzeiros, com um acréscimo de 3,6%. É bom que se diga, para que não paire dúvidas, há valores constantes de 1980. De 1981 para 1982, teremos um acréscimo de 7,7%. E nisto como fica a educação?

Fomos procurar no Plano Plurianual de Investimentos e para nós, a educação, era a primeira coisa, já que a meta é o homem, já que estamos vivendo num Estado em que a maioria da população é crianças, são jovens, e que precisam portanto de educação, o que fomos descobrir? Que enquanto de 80 para 81, as nossas despesas crescerão de 3,6%, de 80 para 81, as despesas correntes, portanto, as despesas com vencimentos de professores, com merenda escolar, com material escolar, enfim, as despesas correntes em educação, somente sobem 2,9%.

Enquanto o nosso plano plurianual prevê um aumento de despesas de 7,7% de 81 para 82, nas despesas correntes com educação, o acréscimo é de 2,6%.

Fica a pergunta, Srs. Deputados:

Como um Governo pensa em direção ao homem, se não pensa na educação? E não pensa e está provado, no Plano de Governo. Tenho-o também em mãos. Não há, sequer, uma vez, a palavra professor, em 100 páginas do plano. Então como é que se pensa em desenvolvimento do homem, se o professor está relegado a um segundo plano? E eu pediria a paciência dos Srs. Deputados, para que observassem o plano que veio para esta Casa. Plano muito bonito, muito bom, já disse a imprensa, se nós vivêssemos numa ilha, num outro país e ina-

plicável ao Paraná, no sentido econômico. E agora inaplicável também, até no que se propunha. Porque não existir um parágrafo com relação ao professorado paranaense, ou em relação à educação, demonstra que é realmente utópico, inclusive naquilo que se propunha primeiramente, que era em direção ao homem.

Está aqui, Srs. Deputados. O Plano cuida de esportes; cuida na parte cultural, no aproveitamento do acervo cultural do Estado; na parte de cultura, ainda fala alguma coisa; não fala nada sobre educação. Então se propõe a um inventário do perfil sócio-cultural e do patrimônio histórico-artístico do Paraná. Entra em detalhes, como por exemplo: desenvolvimento turístico das cidades históricas. Se olharmos a parte de esportes, veremos também. Procurem, uma só palavra, sobre o ensino, sobre a educação, sobre criança e sobre professor. Talvez estejamos inovando, no seguinte: vamos conseguir a meta é o homem, sem professores e sem alunos.

Por isso, Srs. Deputados, acho e me permito, venho a esta tribuna, sabendo que os fatos não estão consumados. Mas para deixar nos Anais desta Casa o protesto deste Deputado e para procurar demonstrar aos Srs. Deputados, aos Srs. professores presentes e à Imprensa, que na verdade, chega de palavras. Precisamos realmente transformar planos em ação, planos não dão merendas escolares, não melhoram a saúde, não pagam melhor o professor. Aliás esse plano nem pretende isso, ao não falar no professor.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação, a Emenda n.º 01.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Deni Schwartz abordou com muita propriedade o problema já levantado por ele na ocasião da votação do aumento do funcionalismo público, do ano passado, quando se abriu, dentro das barreiras daquela lei que procurava elevar os vencimentos, ali abriu-se uma brecha; um precedente indiscutível do entranhamento de um corpo estranho que hoje vem sendo levantada pela própria bancada que aprovou aquele artigo. É a incrustação dos 88 professores denominados de biônicos, naquele estatuto do magistério e isto foi feito através de gestões preconizadas inclusive pelos corredores da Assembléia e sensibilizaram-se os membros desta Casa e aí então, há um precedente indiscutível, para que o professor suplementarista também seja trilhado por este mesmo caminho.

A se falar em inconstitucionalidade, que para nós outros é patente indiscutível, este projeto de lei, haveria também de acolher não pela inconstitucionalidade, mas pelo primado da justiça, haveria de ser acolhida a forma substitutiva apresentada pelo MDB.

É bom lembrar que na Comissão Técnica, da CCJ, deixo enfatizado, ainda, uma vez que dois eminentes Deputados da ARENA fizeram o seu voto com restrição, porque entendiam também, pelo conhecimento jurídico que têm, que ele trazia o fulcro de inconstitucionalidade.

Mas, fugir, Sr. Presidente, da realidade, dos fatos, é não querer enxergar mesmo tendo olhos, e o fato patente é que o Governo vem com este projeto engabelar o magistério, ainda esta vez, este magistério que, através desta lei, será realmente enquadrado no Estatuto do Funcionalismo Público Civil do Estado.

Entretanto, Sr. Presidente, como ficará o professor já alinhado no seu estatuto próprio, e que detém mais um padrão suplementar? De que maneira se conciliará esse "desideratum", esse anseio, esta necessidade, uma necessidade social, Sr. Pre-

sidente?

De que forma se pode observar a retidão, a justiça na aprovação de emendas dessa natureza?

Por essa razão, temos apresentado em concurso com outros eminentes Deputados desta bancada do MDB, alternativas para que as injustiças não sejam tão gritantes, como tem acontecido aqui, e elas acontecem sempre, com o desejo firmado pelo Executivo.

E é justamente neste ponto, que o Governo nos parece, deu o golpe de mestre, e procura através de uma forma alternativa do enquadramento desses suplementaristas, nem tão somente no seu estatuto, mas dubiamente no estatuto do funcionário público, mas com uma categoria especial, só que ele nega essa especialidade, porque, ao colocar o anexo, ele não define especificamente o enquadramento do professor, e faz, numa menção, vinda para esta Casa, "extra-autos", faz um esclarecimento: que a Secretaria de Recursos Humanos haveria de fazer o enquadramento para adequar ao computador eletrônico, para efeito de remuneração.

Isto é tão absurdo quanto indesejável, Sr. Presidente.

Entretanto, gostaria também de afirmar aqui o que foi dito pelo Deputado Deni Schwartz. Que o desejo subjetivo no nosso entender, do Governo, é exatamente fugir à ação judicial. Porque, enquadrando os professores que estão alinhados na CLT, ele fugiria à obrigatoriedade de pagar o 13.º salário; fugiria à obrigatoriedade da estabilidade prevista na legislação trabalhista; e, fugiria também aos encargos trabalhistas que ao Estado é devido, e, além disso, a vinculação do Instituto de Previdência Social.

Com este enquadramento, eles ficariam, ou ficarão impedidos de perpetrar a ação adequada, junto à justiça e que alguns já tiveram ganho de causa e o Governo quer fugir à pressão do Judiciário, quer fugir ao cumprimento da obrigação trabalhista, porque se não o fosse, haveria de enquadrá-los no estatuto próprio apregoado pela Constituição, e já definido em lei, aqui pela Lei Complementar n.º 7, e não se pode compreender, Srs. Deputados, que a esta altura, não se vise objetivamente a dar tréguas, guarida, acolhimento à filosofia do Governo do Estado, que é exatamente prestigiar o homem, e nesta hora em que o homem está tão marginalizado por tantos fatos e por tantas máquinas, não haveria outro momento mais adequado, do que o Governo, com acerto, ter, acima de tudo, a observância de prestigiar o educador, profissionalizar o educador, tranquilizar o educador, para que ele possa desenvolver com segurança, com retidão, com responsabilidade, com despreocupação, o exercício pleno do Magistério! Porque, através desta Lei, Sr. Presidente, não terá ele sossego de ministrar as suas aulas, com a capacidade que é exigida nesta época das comunicações, porque não há mais tempo para o professor dar aulas para preencher o espaço da sua lacuna de vencimentos, haveria de ter lugar, isto sim, de segurança, para com vencimentos humanos, justos e adequados, ministrar com flacidez, com despredimento mas, com o cuidado adequado para que os nossos filhos possam ter ou para que pudessem ter aulas de conhecimento. Com este Estatuto paralelo, não haverá de ter essa tranquilidade. Entretanto, Sr. Presidente, para que houvesse uma adequação perfeita, o MDB apresentou um substitutivo o qual, já sabemos, será repellido. E já há também algumas emendas, Sr. Presidente, que foram entregues à Mesa, e para as quais eu gostaria de pedir o devido cuidado aos eminentes Srs. Deputados lotados nesta Casa, para que, na ocasião das votações de uma por uma, observassem o alto sentido de justiça e o alto significado dos seus textos, para que o professor pelo menos, não chegando aos objetivos a que deseja plenamente, ele tenha, pelo menos, um paliativo e seja assegurado por alguns institutos que se pretende aprovar, para lhe trazer pelo menos a esperança de diminuir a sua preocupação.

E foi exatamente com este cuidado que se fez, Sr. Presi-

dente, algumas emendas entre as quais algumas delas três poderíamos enumerar, porque têm um caráter específico de permitir que o professor possa ter a certeza, pelo menos a certeza de contar com um regime de férias atribuído aos Professores Estatutários e isto se procurou definir, em emenda, inclusive solicitada por professores e que diz o seguinte:

"Excetuam-se do disposto neste artigo, os períodos de férias dos professores, que serão de 60 dias dos quais, pelo menos 30, consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da unidade, centro interestelar ou complexo escolar na forma a atender as necessidades didáticas e administrativas.

É que esta lei trata de duas categorias de nomeações, de enquadramento: a categoria dos professores e dos servidores, dos chamados PS. E é exatamente nesse aspecto que precisa ter esta elucidação porque ao se aplicar o Estatuto pura e simplesmente, os professores não teriam a prerrogativa de férias de 60 dias. Por essa razão, é que se ofereceu três alternativas em três emendas para adequar esse Instituto e no artigo 5.º, apenas o acréscimo para que o professor fosse adequado ao Estatuto do Magistério. Só quanto do professor.

Artigo 5.º: - Para os enquadramentos de que trata esta lei, deverá o servidor preencher os requisitos do artigo 22 da Lei 6174, que é o Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado.

Para para que o professor não fique distanciado do seu Estatuto, é que se pretende colocar uma emenda aditiva onde no prosseguimento deste texto se colocaria: dois ou do disposto na Lei Complementar n.º 7".

No artigo 1.º: pretende-se enquadrar ainda mais um parágrafo que trata exclusivamente da oportunidade de transposição de cargos, ainda que essa transposição dependa da carência de dois anos, e aqui a proposta é a seguinte:

"As professores ocupantes dos cargos de que trata esta lei, se vierem a contar com mais de dois anos de Magistério após o seu enquadramento, será assegurada transposição de cargos para o quadro próprio do Magistério, devendo a Secretaria de Educação e Cultura destinar 50% das futuras vagas para esse fim e 50% para serem preenchidas por concurso declarando-se extinto o cargo do servidor que vier a ser beneficiado com esse dispositivo.

Não há alteração substancial na proposta do Governo, mas o que se pretende é enquadrar, adequar, promover a justiça verdadeira para aqueles que pretendem fazer a transposição de cargos. E a transposição é um instituto que hoje está sendo usado em vários Estados. A transposição de cargos é um benefício que poderia ser aplicado no Paraná e não precisaria de concursos, a não ser concursos internos.

Então facilitaria até esta figura jurídica da transposição.

Ainda no Artigo 1.º, acrescenta-se um parágrafo: "Ao professor, cujo afastamento de suas funções, tenha-se registrado após 1.º de março de 1969, desde que conte com dois anos de suplementarista, será assegurada a sua classificação nos cargos previstos no anexo que acompanha esta lei, devendo o interessado, protocolar o seu requerimento na Secretaria de Educação e Cultura, acompanhado dos devidos comprovantes, dentro do prazo de sessenta dias da publicação desta lei."

Não se precisa ir além. Isto é como que a extensão da anistia. Se existe a anistia, se se apregoa tanto a anistia, esta é a ocasião para o Governo demonstrar e comprovar que realmente está fazendo justiça e anistiando aqueles que sofreram constrangimento, restrição no exercício do Magistério.

A emenda relativa à tabela se referem os artigos 1.º, 2.º e 3.º, não têm outra finalidade, que não a de adequar, para o professor suplementarista, uma simbologia especial, que é MS-1, MS-2 e MS-3. Nada traz de alteração substancial do projeto. E é esta a crítica que fazíamos, trazida pelo eminente líder, dizen-

do que a Secretaria de Recursos Humanos implantaria um sistema para ser enquadrado no computador eletrônico, para efeito de vencimento.

É que através desta simbologia, os professores suplementaristas ficariam num quadro ou num nível específico, para evitar a confusão com o quadro do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado.

Não há nenhuma alteração no espírito da lei do Governo.

Além destas, uma emenda, que pode ser colocada em algum lugar da mensagem. Ao professor que já pertencer ao quadro próprio do Magistério, será assegurada a transposição para o nível correspondente à sua habilitação profissional, mediante transformação do quadro anteriormente ocupado, sem prejuízo de suas funções. Parágrafo único - para os efeitos deste artigo, os pedidos dos interessados, acompanhados dos devidos comprovantes, do grau de escolaridade, deverão ser protocolados na Secretaria de Educação e Cultura, no prazo de 60 dias da publicação desta lei.

A oportunidade deste artigo, deste instituto, vamos dizer assim, tem a finalidade de fazer com que seja dado integral cumprimento ao Estatuto do Magistério, quanto à classificação dos professores, segundo o grau de escolaridade, sem que haja qualquer prejuízo para as funções que já estão exercendo atualmente.

Todos nós sabemos, e sentimos, que se constitui uma flagrante aberração a promoção de um professor de ensino primário, para professor de ensino médio. Esta falsa interpretação, dada pelo disposto na Lei Complementar n.º 7, é duplamente odiosa.

Primeiro, tira um bom mestre do primeiro grau e leva um mestre, às vezes, até sem expressão, para um segundo grau.

Em segundo lugar, deixa desamparado e afasta do ensino de segundo grau professores experientes que não tiveram a felicidade de integrar o quadro próprio do Magistério.

Embora esta lei tenha o objetivo de atingir algumas destas distorções, esta emenda tornará adequada e efetiva e em perfeita consonância com o espírito do que dispõe o Estatuto do Magistério.

Uma outra emenda a se aduzida onde couber. Ao pessoal do Magistério, regido pela Lei Complementar n.º 7, ficam reconhecidos como um ano de estudos adicionais ou como um valor de 200 créditos, os cursos de aperfeiçoamento, atualização ou especialização para docentes, promovidos pela Secretaria de Educação. Desde que contenham duração mínima de 250 horas, com aproveitamento devidamente comprovado. Não é preciso justificar. Mas já está tramitando nesta Casa, um projeto de lei com redação semelhante, cuja justificativa já é do conhecimento desta Casa. Mas é bom lembrar: que muito antes de ser aprovado o Estatuto do Magistério, através da Secretaria de Educação e Cultura, já se preparava um texto para cumprir esta finalidade. E foram então promovidos diversos cursos de pequena e média duração, visando o aperfeiçoamento do educador. Mas até agora, não houve valorização daquilo que a própria Secretaria implantou. E o mais completo deles, conhecido como "Reciclagem" foi promovido pela Secretaria, mediante autorização da CETEPAR, para que planejasse, executasse e procedesse as devidas avaliações finais. E assim foi feito, o curso de aperfeiçoamento para docentes do ensino de primeiro grau, de frequência obrigatória, teve a duração de 265 horas-aula e foi ministrado paralelamente com o período de aulas letivas, e mais ativamente durante as férias. Naquela oportunidade, a título de incentivos foi anunciado que este curso teria a validade de um ano adicional de estudos, para efeito de acesso a um nível mais elevado de vencimento do professor que completasse e comprovasse o seu aproveitamento. E não há oportunidade mais asada, mais ajustada, para que a Secretaria e o Governo honrem aquela determinação, cumpra aquilo que apregoeou e efetive aquilo que tanto fez empenho para ocorrer.

No aspecto específico do artigo 6.º que diz: o pessoal atingido pelas disposições desta lei, passa a ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. A alternativa que dizíamos, é que, em se tratando de dupla categoria de servidor: magistério e os PSs, naturalmente que quanto aos professores, a lei precisa ter uma adequação especial. E é exatamente nesse sentido que a bancada oferece uma adição ao projeto do Governo, que diz: "tratando-se de professor, pelo Estatuto do Magistério". E inclusive é fácil, se o Governo, na sua irredutibilidade, não desejar que o professor tenha ou seja contemplado com esta especificação de categoria, poderá se quiser, vetar a parte final desse artigo.

Oferece-se ainda a vantagem dele poder usar a sua caneta cheia de tinta, para impedir que o professor seja contemplado com esta emenda. No mais, Sr. Presidente, o que se faz é um apelo. Para que os eminentes Srs. Deputados, sobretudo da bancada situacionista, atenham-se, examinem cada uma dessas emendas, para que elas possam ser aproveitadas. Porque foram trabalhos feitos em conjugação com a classe do magistério; com os professores, em várias reuniões e elas estão contidas, por inteiro, na emenda substitutiva global, oferecida pelo MDB.

Entretanto, se não quiser se aproveitar a todas, ao menos, algumas delas devem ser.

Não seremos aqui nem um radical em querer ou tudo ou nada. Pelo menos, aprecia-se numa medida até de justiça para com o quadro do magistério.

Nem vou falar a respeito da outra categoria contemplada por este enquadramento e previsto na lei, porque estes são uma categoria especial, e serão contemplados, porque com a nomeação e com o enquadramento, serão ajustados ao Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado.

Não seria tão incauto de deixar passar despercebido, porque se assim não fossem contemplados — e aí devo dizer até, hoje, quando se trata do mérito, devo dizer até que foi cuidadoso o Governo do Estado, em enquadrar esses que estavam marginalizados, não tinham contemplação e nem segurança de nenhuma das leis.

Devo dizer que será uma vitória desses servidores, o seu enquadramento no estatuto dos funcionários públicos civis do Estado.

Oxalá os eminentes e doutos Deputados da ARENA, acolham, na sua grande maioria, as emendas que estão sendo propostas, que serão, não judiciosas, mas justas, embora este não seja o critério que vem do Palácio, segundo nós temos conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nunca, ao longo de nossa história, tivemos um projeto de educação popular preocupado, portanto, com os verdadeiros interesses da população brasileira. Ao contrário, em outros países, desde a iniciação de projetos educacionais, procurou-se dar-lhe um cunho popular.

Até os Estados Unidos da América do Norte, que não servem para nós em tantas coisas, ou no quase todo, é preciso destacar, que desde a chegada dos pioneiros no País do Norte, foi feito da escola pública a escola pública universal e gratuita, tendo sempre como eixo de funcionamento, nas suas comunidades, e qualquer povoado iniciou-se tendo efetivamente uma escola pública, gratuita, universalmente consagrada.

Por outro lado, nós, uma colonização portuguesa, tivemos a fundação de cidades, com o erguimento de uma capela e de um pelourinho: os dois símbolos da opressão espiritual e política, e que tem a herança, até hoje, sobre o sistema educacional.

Lá no País do Norte, iniciavam os núcleos urbanos com a escola pública e um banco.

De 1.500 a 1.750 não tivemos sistema escolar. 17 seminários jesuítas.

Todos os países da América Latina tiveram suas universidades desde o primeiro século da colonização. Mas, a nossa universidade mais antiga não tem mais de 50 anos.

Em 1.750, os jesuítas foram expulsos. Ficamos sem escolas até 1.808, quando D. João VI criou escolas militares e de artes e ofícios.

Com a independência, D. Pedro I criou as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo.

Nossas primeiras escolas foram superiores, a grande preocupação do Ministério da Educação e Cultura.

No Império, as Províncias criavam Liceus para os rapazes, e Escolas Normais, para as moças. O Poder Público não se preocupava com as escolas mas se preocupava, como hoje faz, com os exames; não educa, mas fiscaliza. E o papel do Governo tem sido presidir a expansão da escola particular comercializada, a rigor.

Destruímos, ao longo dos anos, todas as renovações pedagógicas, desde as missões jesuítas e agora recentemente, vimos mais uma destruição catastrófica no setor, quando se expulsou Paulo Freire expulsando-se, conseqüentemente, seu método.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há potência sem cientistas, e não há cientistas, sem educação popular. A ciência é, por outro lado, a resultante intelectual da liberdade. Uma potência, apoia-se num sistema escolar que dá a continuidade histórica à Nação, e fabrica os seus próprios meios de soberania. Mas em que pese, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a propaganda dos governos quanto à política educacional, os números desmentem que se tenha realizado esforço proporcional ao crescimento da economia; é de domínio público a redução da receita governamental destinada à educação, curiosamente coincidente com um período de grande expansão do orçamento federal! E basta citar, Sr. Presidente, a participação dos gastos com educação, no Parlamento da União, que tem declinado, desde 1965. E cito tão somente para, nesta introdução, ao que proponho neste instante, termos a realidade nesse setor:

De 11,7% no ano de 1965 do orçamento da União para a educação e cultura, passou a 9,7% em 66; 8,71% em 67; 6,32%, em 68; 7,57%, em 69; 7,33%, em 70; 6,25%, em 71; 5,35%, em 72; 4,38%, em 73; 5,2%, em 74; 4,7% em 75; 4%, em 76; 5,3%, em 77; 4,17%, em 78; e pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este decréscimo da participação da educação no orçamento da União, em 1979, chegou e chega a 2,8%, quando em 1965, do orçamento total da União, 11,7% iam para a educação e cultura, agora, no ano que estamos vivendo de 79, nesse decréscimo sucessivo ao longo destes anos, chegamos à triste realidade de apenas 2,8%!

Além do mais, é o próprio Governo Federal que alardeia o crescimento do número de alunos matriculados em todos os níveis, do primário, ao superior, mas, o Governo parece ignorar as profundas distorções verificadas. No período 60/73, a expansão das matrículas foi de 107,3% para o antigo nível primário; 391,7% para o antigo ginásio; 455,3% para o colegial, e 797,5% para o superior. Isto, em um País ainda às voltas com o problema do analfabetismo! E agravam-se as situações, em índices bastante elevados, da evasão escolar nos anos iniciais de primeiro ciclo, no antigo primário. E basta citar o exemplo da grande São Paulo: entre 71 e 73 a média anual de evasões dos quatro primeiros anos de escola foi de 12%, e é conhecida a correlação existente entre a precariedade da condição social econômica das famílias, e a evasão escolar — são, via-de-regra, os alunos mais pobres os que abandonam a escola, precocemente.

Entre 1960 e 1972, o aumento das matrículas dos estabelecimentos de ensino superior, foram praticamente jogados para os de responsabilidade isolados e nós vamos citar este exemplo:

entre 60 e 72, 938 por cento dos ingressos às faculdades o foram pelas isoladas, as Universidades não superaram 440 por cento e mesmo neste setor das Universidades, os números mostram que a expansão maior foi das universidades particulares, que tiveram um aumento de 618 por cento, e as públicas, 384 por cento tão somente, fontes essas da própria estatística da educação nacional.

Mas, poderíamos analisar aqui tantos outros dados. O MOBREAL tem se revelado ineficaz como alfabetizador verdadeiro, e ainda mais, está por ser feito um estudo global da realidade educacional brasileira em todos os setores, ao contrário das metas de crescimento econômico e dos resultados apregoados, fartamente divulgados e louvados pelas publicações governamentais, a rigor, ricas, lindas e até coloridas, pouco se conhece a respeito da verdadeira educação e a sua grave realidade.

Certos resultados do senso demográfico de 70, entretanto, lançam as últimas luzes que temos sobre todo o conjunto da questão. Naquela data, 33 por cento da população brasileira ainda permanecia analfabeta, contra 39,5 por cento em 1.960. Em 10 anos, portanto, o ritmo de alfabetização no Brasil não ultrapassou a casa dos 20 por cento, enquanto o crescimento da economia nacional atingia 100 por cento, revelando, mais uma faceta do desenvolvimento inumano que esquece o homem.

Resulta-se, além disso, que apesar do modesto decréscimo das taxas relativas ao analfabetismo no Brasil, o número absoluto dos brasileiros analfabetos aumentou, passando de 15,8 milhões, em 1.960, para 17,9 milhões, em 1970.

Essas cifras globais não relevam as profundas disparidades quanto à oportunidade da educação entre os Estados mais pobres e os mais desenvolvidos. Em 1.970, 50,3 por cento e 60,8 por cento respectivamente na população de 15 anos ou mais em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e essa proporção era de aproximadamente 20 por cento.

Por outro lado, sabe-se que a escolaridade mediana da população economicamente ativa brasileira é de 1,7 anos, ou seja, a metade dessa população frequentou a escola, menos de dois anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É evidente que nenhuma Nação será potência, se não se dedicar à educação. Nenhum país será rico e desenvolvido se seu povo não for culto, porque só povo culto é povo líder. No entanto, se os números, friso que está agora evidenciados, clareiam bem como são tratados os assuntos educacionais, não são diferentes os tratos com os instrumentos da educação que são os professores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, neste instante, de dizer e afirmar que a crise educacional do Brasil, a crise educacional dos seus Estados, como do Paraná, da qual tanto se fala, não é uma crise. É um programa, cujos frutos amanhã falarão por si mesmos. Não tenho dúvida, deixo aqui este desafio.

Que provem os governistas se a atual crise da educação não significa uma situação programada, elaborou-se um programa neste País, para não se atender aos interesses educacionais, porque enquanto o povo menos preparado for, mais fácil ele será colonizado e será dominado.

O que não se faz, Srs. Deputados, é porque não se quer. Quando o Governo do Estado do Paraná não atende o reclamo da classe professoral, quando não atende aquilo que está elaborado, que é o substitutivo que, efetivamente, traduz os anseios e as esperanças de todos os professores do Paraná, está mais uma vez a obriedade do óbvio. O que não se faz é porque não se quer fazer, não há desculpa, não há motivo a levantar, não há justificativa, não há razão a se dizer, porque, ou se resolve o problema, ou se acaba com a situação crítica, ou nós estaremos agravando todo este problema.

Ficou definido e claro, um Deputado do MDB acaba de

sair da tribuna. O Deputado Deni Schwartz com dados e levantamentos, mais uma vez clareou: o plano de Governo que consta do plurianual, não há nada do professor e da educação. E se estes estudos que fez o Deputado Deni Schwartz, conferem como temos certeza, e as demonstrações aqui da tribuna foram feitas, evidencia-se, mais uma vez, que o que não se faz é porque não se quer fazer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos falando às paredes. Estamos falando ao vazio. Estamos falando ao vento.

Não sei quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perderemos esta origem que nos marca desde a colonização, quando, infelizmente, como disse no início, nós tivemos a fundação de nossos povoamentos através do surgimento da capela e do pelourinho.

A Igreja já despertou e se libertou. Já tem até teoria da libertação. Mas o pelourinho continua existindo. Continua existindo nesta Casa, existindo na classe dos professores. Existindo no Governo, porque, mais uma vez, está presente o símbolo da opressão.

A opressão talvez, pelo interesse partidário. A opressão, talvez, pelo interesse de, mais uma vez, atender aos ditames de quem tem o poder, o sumo poder Executivo, o Olimpo que tudo pode e que a ninguém deve explicações.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos nós também fazer uma autocrítica, e a faço lendo uma das várias cartas que todos, tenho certeza, os Deputados receberam, mas particularmente porque atinge a cada um e a todos os Deputados.

Lerei esta carta que, me parece, ser óbvia, definitiva, e por demais correta. Diz a progressora que escreve a missiva:

“Tenho recebido, por várias vezes, correspondência sua, às quais têm recebido atenção minha e de meu marido. Não tenho respondido porque não desejamos polêmicas sobre política, da qual pouco entendemos, e para não criar ambiente adverso, pois sou funcionária estadual.

Note ser o Senhor um lutador, embora não queira entrar no mérito dos temas abordados. Quero, porém, referir-me a um assunto que me diz respeito e a milhares de outros professores. Tenho quinze anos de Magistério. Normalista. Ganho Cr\$ 3.700,00 por mês, líquidos. É possível viver decentemente com tal ordenado? Dá ao menos para pagar um aluguel de casa decente? Terei eu estímulo para dedicar-me às crianças, como deveria? Agora, a minha crítica: que o senhor diz aceitar, não sei se é verdade ou não: dizem que um Deputado ganha Cr\$ 150.000,00 por mês, tudo incluso, o valor de nossos trabalhos é tão dispar? A sua professora não colaborou para que o senhor seja hoje o que é? E com muito mérito? Por que uma diferença tão grande de valores? Não temos nós as mesmas necessidades mínimas? Casa, comida, saúde, educação? Do lazer, nem se fala, pois para nós é inatingível. Pode uma professora apresentar-se mal trajada? Mal calçada? Qual a impressão que causaria? Que respeito mereceria? Não procede a alegação que trabalhamos quatro horas por dia. Após as aulas, temos o preparo das mesmas, correção de cadernos, reuniões e outros trabalhos mais, referentes à escola, que nos faz ultrapassar às vezes, oito horas diárias da lei, sem extra. E a inflação que o Governo admite ser de 60 por cento, teoricamente? Não a sofremos nós também? Nosso aumento foi em março, de 20 por cento, E a diferença? Cortamos na comida? Na roupa? Onde mais? Por que as outras classes de assalariados, metalúrgicos, construção, etc., têm aumentos de 40, 50, 60 por cento e até mais? E ao professor é negado até o abono. Não há dinheiro? Para nós. Porque, para os Abdallas, Luftallas e outros alas, não falta. A única classe nunca lembrada pelos nobres Deputados em suas lutas, penas NPRs; quem tem NPR é proprietário, pelas multinacionais, e outras lutas mais. NPR é jogo de proprietário para obtenção de altos lucros, o nosso é salário parco por trabalho prestado.

Por que, Srs. Deputados, não assumem a nossa defesa?



Pequeno contingente eleitoral, em razão da grande dispersão por todo o Estado, e seria isso? Quero crer que sua correspondência sofra uma triagem por seus assessores. Mas gostaria de ter uma resposta a essas perguntas todas. Mais uma perguntinha. Contribuo compulsoriamente para o IPE, porque na hora que necessito de seus serviços, encontro uma burocracia tremenda? Dificilmente há datas vagas para consultas. Fica-se doente, com datas marcadas? Por que tenho que pagar a diferença entre o cobrado pelo médico e o pago pelo IPE? Por que nossa consulta é feita com o maior desinteresse? Por que o IPE paga mal os médicos? Esse desabafo é confidencial, para que eu não venha a sofrer represália dos órgãos competentes”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao respeito e à individualidade, me nego a dizer a origem e a missivista. Mas, permanece como documento. Posso não concordar com todas as colocações feitas, mas especificamente a todos os Deputados que estão aqui, inclusive aqueles que estão nos seus gabinetes aguardando o sinal da campainha para correr aqui e aprovar o que o Governo quer. Vale aqui esta missiva como resposta.

Por certo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós estaremos mais uma vez nas próximas eleições batendo às costas dos professores e das professoras. Mas, mais uma vez, haverá de pesar na consciência de cada um que nós não podemos falar pelo Executivo. Não temos o direito de falar por ninguém, a não ser pelo próprio povo; o povo é a suprema lei, não é projeto de Executivo, não é decisão de CCJ; é o povo que é a suprema lei de qualquer país, que quer ser país democrático, honesto e popular, e o povo fala através de seus órgãos de classe. Os órgãos de classe estão organizados nesse setor, com toda repressão, com todo comando político, com toda perseguição, com todos os abusos...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... estão aí os professores mostrando ao Paraná e ao Brasil a sua organização e a sua inteligência e sabedoria, dando ao povo do Paraná o exemplo de como deve se organizar, dando o substitutivo e nós, do Parlamento, que se dizemos representantes do povo, que se dizemos representantes da professoria, vamos dizer amém ao Executivo, vamos dizer amém...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... amém ao que vem pronto e elaborado.

Deputados do MDB, duvido, duvido que este substitutivo será aprovado, talvez algumas emendas, e terei eu a satisfação de escrever a essa professora, para dizer quais os Deputados que, ao menos, votaram a favor de algumas emendas...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nós estamos, como os outros Deputados, nos gabinetes, atendendo o povo e vimos aqui, com muita hora, dizer ao nobre Deputado que nos ofende.

E esta é a quarta vez...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, invoco o Regimento Interno. Isto não é questão de ordem, é querer tumultuar.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência não vê amparo no Regimento para sua questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nós estávamos nos gabinetes e fomos atacados pelo “moço” que está na tribuna e somos obrigados a responder.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Deputado Nelton Friedrich.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência, que o Deputado que levantou

neste momento, faltou, está faltando com o devido respeito para com o Deputado que está na tribuna, ao dizer “o moço que está na tribuna”. Peço a Vossa Excelência que faça uma advertência a esta Casa e ao Sr. Deputado, na colocação dos termos com que deve se dirigir aos colegas quando estes usam da palavra, conforme diz o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustres Deputados.

Depois da desordem organizada e estabelecida, eu volto a continuar o meu pronunciamento.

Quarenta e cinco mil professores em todas as categorias, possui o Estado do Paraná. Talvez seja isso, talvez na rede estadual são poucos os professores; talvez dê para eleger um Deputado Federal, um Deputado Estadual, todos eles. E por todas estas razões, Sr. Presidente, é provável que tudo ficará como está.

Mas, antes de sair da tribuna, antes das colocações que aqui fiz, principalmente numa missiva e numa carta...

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Solicito aos

Srs. Deputados que tomem assento nos seus devidos lugares, para continuidade desta sessão. O Deputado Nelton Friedrich tem três minutos para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, o problema educacional é um problema nacional.

Mas, como me restam poucos minutos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de insistir, embora rapidamente, a que já foi aqui expressado, inclusive pelo Deputado Renato Bernardi, e que ontem, rapidamente, nós colocamos.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que como o problema do professor no Paraná, não ficará resolvido, é evidente que quando não se resolve um problema, ele tende a se agravar, tende a surgir e ressurgir em diversos seguimentos, em diversos setores, e não temos dúvida, inclusive, que mesmo aprovado o projeto do Executivo, amanhã ou depois, os professores terão condições de instrumentar uma ação judicial devido a inconstitucionalidade do mesmo.

Eu gostaria de repetir aqui — embora cansativamente — que a Lei 5692, de 11 de agosto de 71, é que definiu, no artigo 36: “Em cada sistema de ensino, haverá um Estatuto que estructure a carreira de Magistério de 1.º e 2.º graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente Lei e complementando-as no Quadro da organização própria do sistema”.

É a Lei Federal que diz, e está clara.

Veio então, confirmando a disposição superior da Lei Federal, a Constituição Estadual, e ela se identificou e a ela se adequou. E no art. 138, parágrafo único, é a Constituição do Estado do Paraná que se refere de maneira tão expressiva:

“O Magistério Estadual será organizado em Estatuto próprio, mediante Lei”.

Atendendo ao que dizia a Lei Federal, a Constituição Estadual dispôs o que acabamos de referir. Veio então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Magistério Público do Ensino de 1.º e 2.º graus do Paraná, estatuto este, aprovado por esta Casa de Leis. E a Lei Complementar 07/76, determina, em seu artigo 1.º, que “o presente Estatuto organiza o Magistério Público do Ensino de 1.º e 2.º graus”, estrutura as respectivas séries de classe nos termos da Lei Federal 5692, e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná. Repito a parte final desse artigo 1.º: “Estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná”.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o edifício jurídico do assunto “Magistério”, está claro, elaborado e erigido. Lei Federal 5692, Constituição do Estado, Estatuto do



Magistério Público do ensino de 1.º e 2.º graus do Estado do Paraná.

O resto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é, efetivamente, sofismar. A realidade é inconteste e a clareza está na lei. Não devemos nós buscar terceiras saídas, porque é a Lei Federal que dispõe; ou o regime das Leis do Trabalho, ou através do regime do Serviço Público no caso específico nosso que temos, já, o Estatuto do Magistério Público. Portanto, o regime a vigorar é o do Estatuto do Magistério, não é a lei do Executivo, não é a lei do Legislativo. Sim, poderemos aprimorar, mas, não com o que ora vem às nossas mãos, porque, organizado, o Quadro já existe e a ele deve ser tão somente obedecido.

Por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no instante em que o meu tempo se esgota, faço, talvez, esta convocação: Se nós que queremos ser a voz do povo, que a todos os dias repete-se aqui ser esta a casa do povo, a casa do povo do Paraná, uma parcela expressiva do Paraná, até pelo número e pelo contingente, merece o nosso respeito, mas, acima de tudo, pela missão extraordinária que tem, portanto, se queremos ser a voz do povo do Paraná, sejamos a voz do professor, porque compõe o povo do Paraná e a voz do professor está reclamando, reivindicando o melhor possível, e está aí, um Substitutivo à apreciação dos que se dizem representantes deste mesmo povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação a emenda.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O projeto ora em pauta é o fruto da luta do Magistério paranaense que soube levantar as razões para aprovação de um Substitutivo, além da estabilidade, aos Suplementaristas.

No entanto, uma Mensagem Governamental vem trazer o mesmo com algumas modificações, mas gostaria, nesse processo de encaminhamento, dizer apenas que já era hora do Magistério ser atendido, pois há mais de 10 anos o Magistério do Paraná vem sofrendo a mais humilhante derrota, imposta pelo arbítrio, através de seus juizes - os interventores do Estado que se sucedem há mais de uma década.

Na época áurea, em que o poder de voto falava mais alto, o bom som do que a força do poder, os nossos mestres eram tratados com o respeito merecido, muito principalmente porque representavam expressivo contingente eleitoral, como foi abordado aqui pelo Deputado que me antecedeu na palavra. Até então recebiam salários condignos com a relevante profissão que exercem e mesmo podiam desfrutar de relativa segurança trabalhista, mas o arbítrio, Sr. Deputado e Sr. Presidente, escolhe sempre como sua vítima principal - e isso em qualquer parte do mundo onde se instalam ditaduras, - onde o arbítrio seja instalado, a educação, pois sabe que reside na destruição de toda a cultura e intelectualidade à sua perpetuação no poder.

No Paraná, principalmenye, nós assistimos a uma defasagem mais ampla no quadro do Magistério, a criação de um clima de estabilidade diante daquela laboriosa classe com leis e decretos maldosos, maliciosos que primavam, sempre, em criar a cada ano letivo o pânico entre os professores, mormente os suplementaristas que jamais sabiam o que lhes poderia acontecer no ano seguinte.

Ficavam assim entregues ao arbítrio.

Criou-se pois, o caos total. E aperfeiçoou-se por meio da Lei 5692/71. Instrumento cedido pelo Governo Federal, para legislar toda sorte de arbitrariedades.

Dispensável é discorrer sobre esta lei que todos os Srs. já muito bem conhecem e melhor ainda, sabem de seus amargos frutos: uma educação cada dia mais claudicante, plena de incer-

tezas e existências fantasmagóricas. Mas a nós cabe agora, neste exato momento, apenas cumprir com um dever humanitário, de defender o futuro do nosso estimado mestre paranaense, porque dele depende o futuro também da educação dos nossos filhos.

Esses mesmos mestres que levados pelo desespero, realizaram em agosto do ano passado, o seu congresso, que na realidade foi mesmo uma greve e que paralisou por mais de 45 dias todas as aulas nas escolas públicas de nosso Estado.

Não podemos sempre deixá-los lutar sozinhos contra toda a sorte de perseguições sutis, engendrando-os pelos competentes homens que comandam os destinos da nossa Nação.

Esses mestres cansados de pedir frustrados e quase impossibilitados de sobreviver economicamente, além de serem formadores de profissionais, quando eles próprios não se profissionalizam, acima de tudo, conscientes de que a educação não é dada somente em sala de aula, e sim, fruto de todo o complexo sócio-administrativo.

É hora de dar um "basta" à arrogância daqueles que não buscam o entendimento e buscam medidas unilaterais.

Este "basta" deveria ser dado em seu primeiro passo com a aprovação do substitutivo apresentado pelos mestres que mesmo não sanando a todos as irregularidades do projeto de lei, de estabilidade dos suplementaristas, pelo menos remediava em parte o mal.

Abro um parêntesis para, neste momento, ponderar aos Srs. sobre o achatamento salarial que vem sendo verificado no quadro do Magistério, conforme denúncia feita pelas suas próprias associações. Diz ali: "se os percentuais de aumento do professorado, de 1970 a 1979, tivessem sido os mesmos do salário mínimo, a professora de primeira a quarta série estaria, hoje, com Cr\$ 6.587,97, e não com Cr\$ 3.574,00. O professor nível 24, que não optou pelo enquadramento, e percebe Cr\$ 6.000,20, com dez aulas semanais, estaria com Cr\$ . . . . . 11.261,87. O de nível 5, que passou de dez para vinte e duas aulas semanais, tendo 120 por cento de aumento na carga horária, está com Cr\$ 9.920,00, e se o percentual da carga horária incidisse sobre seus vencimentos, estaria hoje com Cr\$ 13.200,44. E na base do salário mínimo, estaria ele percebendo Cr\$ 24.776,11. Na base do salário mínimo, e somente nela, é suficiente para se constatar o massacre financeiro imposto ao professorado.

Se a administração atual causou boa impressão aos mestres pelas medidas tomadas logo de início - como se referia o nobre Deputado usando da tribuna ontem, Airton Cordeiro, o retorno dos professores promovidos ao município de origem, a transposição dos especialistas e a convocação dos remanescentes do concurso de ingresso à primeira e quarta séries, todavia, duas medidas de suma relevância e de muita expectativa vieram pôr gelo no calor reinante, qual seja, o concurso que ora se encerra e o encaminhamento deste projeto que ora discutimos e votamos.

O concurso se encerra, e só nos resta esperar suas consequências, que, cremos, como as demais atitudes unilaterais do Governo do Estado, só poderão ser funestas.

O projeto está aí. Na pauta do dia. Cabe a nós modificá-lo na medida de nossas forças legais, regimentais e morais. É mesmo um reconhecimento a uma classe que tanto tem feito pelo progresso do mundo. E todos nós aqui presentes devemos muito a estes laboriosos. Urge, pois, votarmos a favor do substitutivo, para remediarmos situações como a do suplementarista que não será amparado; a exclusão do professor de matérias profissionalizantes; os vencimentos rebaixados, o cerceamento ao quadro único; a redução das férias de 60 para 30 dias anuais; a exigência do professor com um só padrão; o "esquecimento" ao especialista da Educação, e tantas outras medidas favoráveis.

Que Deus realmente nos ilumine nesta hora de decisão

sobre o futuro do Magistério do Paraná e que, principalmente, nos dê coragem suficiente, desprendimento político e partidário, para colocar o bem comum acima dos interesses e apetites políticos particulares.

No entanto, devo também referir-me a uma classe que colabora com o Magistério e, indiretamente, colabora também na educação de nossos filhos e que tem sido relegada ao mais vergonhoso plano de escravidão. Refiro-me à classe mais humilde das zeladoras, dos servidores públicos que trabalham nesta área, que não têm vez nem voz; sem organização de classe. Talvez se não fosse a mobilização dos professores, seriam mais uma vez esquecidos. Esses zeladores, humildes pessoas, humildes zeladores, operários mal pagos, escravizados durante doze anos foram arrastados ao mais vergonhoso sistema de escravidão. E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que essa escravidão, o responsável era exatamente o Estado, que deveria ser responsável pelo bem comum e jamais teria autoridade moral para poder escravizar.

Em média, essas pessoas, durante 12 ou mais anos, ganhavam em média, meio salário mínimo. A justificativa se dava que a sua carga horária era apenas de 5 horas. Mas eu pergunto: se se torna difícil encontrar um emprego por 8 horas, ou até por 12 horas, como poderiam elas suprir o seu salário, trabalhando 5 horas para o Estado, e aonde iriam elas, então, completar as outras 8 horas ou 10 horas necessárias para o seu sustento?

Portanto, a justificativa não serve. Durante 5 horas são sugados como uma laranja e jogados fora, como uma casca e bagaço, quando já não serve. E além disso, o dispositivo legal, não permite que sejam transferidos de um estabelecimento para outro, dentro de um mesmo município, dificultando ainda mais a possibilidade de poderem elas superar ou somar as 5 horas que lhes faltariam. O salário, ao arrepio da lei trabalhista, e à própria Constituição, digamos, era paga pelo Estado, exigido inclusive para a sua admissão, neste quadro de servidores, lhe era exigido um documento assinado por um Deputado que fosse do Governo, consagrando assim o famigerado mando político.

O concurso que não foi divulgado, amplamente feito recentemente, ficou engavetado e muitos não tiveram conhecimento desse concurso. Foi enviado exatamente para aqueles lugares que seria de interesse talvez dos mandantes. E este ano houve novos contratos sem concursos. Estes servidores se colocam em três categorias diferentes. São tratados de forma diferente, embora desempenhem a mesma função e o mesmo serviço. Os primeiros grupos de zeladores são aqueles que trabalham há mais de 20 anos, e que ganham em torno de um salário-mínimo. Mas, o segundo grupo, com mais de 10 a 12 anos de serviço, não têm amparo estatutário, nem sequer na CLT. E isto significa, para essas pessoas, para esses funcionários, para esses obreiros, significa ficar à mercê da falta de assistência médica, sem direito ao quinquênio, e ganham menos de um salário mínimo.

A terceira categoria desses funcionários, são celetistas recentemente contratados, também sem concurso.

Esta é a performance do regime escravocrata a que estavam submetidos esses humildes servidores. E hoje, vem sendo amparados pelo substitutivo aqui a ser apresentado e a ser votado nesta Casa. E não podemos negar ser este substitutivo o mérito da luta da classe dos professores e não mérito de nós políticos, que talvez façamos uma autocrítica, dizendo que nos esquecemos e não falamos disso antes, quando já há doze anos a mais se arrasta o mesmo problema. Mas, a conta será prestada noutra esfera. É diante daquele mestre que pregava nos seus tempos e ainda prega hoje: "eu estive com fome e não me deste o que comer; eu estive nu, e não me deste o que vestir; eu estive com sede e não me deste o que beber; eu estive doente e não me foste amparar nem me foste ver".

Este mesmo Mestre não prega, felizmente, à vingança, o

ódio. Ele prega, isto sim, o arrependimento. Mas, também o arrependimento que nós, hoje, devemos fazer, se dá em forma de penitência, a exemplo de Zaqueu, o rico, que, arrependido, confessou na mesa de sua própria casa, em comunhão de mesa com Cristo, dizendo que "a partir de hoje mesmo, irá devolver àqueles que ele têm roubado, àqueles que ele tem cobrado demais os impostos, em dobro, vender os seus bens e dar aos pobres". Esta é a penitência, este é o arrependimento a que está a exigir o Mestre que haverá de nos cobrar um dia.

Portanto, devolvamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos zeladores, o dobrado do que lhes foi roubado durante os 12 anos quando ainda não existia este substitutivo; devolvamos em dobro os direitos que lhes assistiam e que não foram pagos pelo Estado, porque o Estado tem condições de perdoar dívidas a altos grupos econômicos, inclusive da ordem de 3 milhões, então também deverá ter a mesma moral e coragem no sentido de arrendimento, e não de uma falsa benevolência, de uma esmola que estariam dando, mas em forma de arrependimento, esses zeladores têm o direito de exigir que lhes devolvam durante os 12, 15, 20 anos, o meio salário, o meio pão que lhes roubavam da mesa. Seria isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa solicita dos Srs. Deputados que tomem seus devidos assentos a fim de facilitar a votação.

Em votação a Emenda n.º 01, subscrita pelo nobre Deputado Renato Bernardi. — Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Rejeitada.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

46 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. A Mesa procederá a verificação de votação. Em votação a Emenda de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi; 18 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

A Mesa tem a grata satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Helmut Kirinus, mui digno progenitor do Sr. Deputado Gernote Kirinus.

Em votação a Emenda n.º 02, subscrita pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — Rejeitada.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Há um requerimento subscrito por este Deputado, pedindo votação nominal, que não foi apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa o nobre Deputado, que estão sendo votadas as emendas, e o requerimento do nobre Deputado refere-se ao Projeto 95/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas Sr. Presidente, evidentemente que a intenção é sobre tudo que se fala sobre o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) O projeto já foi votado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então eu acrescento, eminente Presidente, as Emendas, porque foi um lapso deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) O nobre Deputado terá que formalizar o referido requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Está formalizado, só coloquei as EMENDAS.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fidelcino

Tolentino.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós percebemos nas entrelinhas do requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, a sua intenção evidente de atemorizar politicamente, de incompatibilizar perante os Srs. professores, os Deputados que votam contra as emendas apresentadas pela bancada da Oposição.

A bancada situacionista vai rejeitar todas as emendas, Sr. Presidente, como também vai rejeitar, este requerimento. Mas, nós queremos fazer declaração de voto - a bancada da Aliança Renovadora Nacional, fiel e leal às diretrizes do eminente Governador Ney Braga, votará contra as emendas, por serem inexecutáveis. O Governo estudou, através dos seus órgãos técnicos, a possibilidade de conceder mais, ao professor, o Governador Ney Braga assumiu um compromisso com o professor suplementarista, que foi, definir a sua profissão, dar-lhe garantias, assegurar-lhe um futuro tranqüilo junto à sua família. Nós entendemos o espírito da Oposição, entendemos o conteúdo humano até de determinadas emendas, todavia, há a impossibilidade de o Tesouro Estadual comportar-se diante de emendas que eventualmente pudessem ser aprovadas por esta Casa.

Nestas condições, Sr. Presidente, a bancada da ARENA rejeitará o requerimento de votação nominal, mas, não aceita a intimidação. Nós estamos declarando o nosso voto contrário a todas as emendas.

Os Anais desta Casa que registrem, mas dentro de um espírito de votar aquilo que comporta ao Tesouro do Estado pagar.

Nós gostaríamos de dar ao professor tudo aquilo que ele merece. Nós somos gratos ao professor, sou grato ao professor que me ensinou a ler, a escrever, que me ensinou a falar. Nós compreendemos com sacrifício, o espírito de luta, o papel que eles representam perante a sua comunidade e mais do que nunca o professor precisa ser remunerado para que ele tenha independência de lecionar.

Todavia, nós vivemos num período conturbado. A nossa economia principalmente a economia do Estado, vive momentos difíceis.

O que se pode conceder por hora é o que está aí. Nada mais do que isto. Houve um diálogo anterior, do Sr. Governador com os senhores professores suplementaristas. Houve, posterior à Mensagem do Sr. Governador, um apelo desta Casa, aprovado por unanimidade. Naquela oportunidade, os representantes da Oposição, ou dormiram ou aceitaram as reivindicações que aquele requerimento fazia em favor da classe dos professores. Porque ele foi aprovado por unanimidade. Se compulsados os Anais da Casa, confirmarão a minha assertiva.

Porque na ocasião a bancada da Oposição não se levantou, uníssona, e não fez as reivindicações que hoje demagogicamente está apresentando aqui neste plenário. Por que, pergunto? Aquela era a oportunidade. A oportunidade que esta Casa fez um apelo ao Governador para que enviasse uma mensagem complementar, supletiva, corrigidas algumas incorreções da mensagem original. Hoje, Sr. Presidente, lamentavelmente, embora os respeitemos. Embora respeitemos esses homens valentes, aguerridos e destemidos que há 15 anos estão lutando neste País pela preservação do regime democrático.

Nós temos um dever de gratidão para com a Oposição. Graças a ela é que este Poder ainda está aberto. Graças a ela é que nós podemos falar, criticar, condenar atos governamentais. É pela luta que essa bancada teve.

Agora, por favor, não queiram nos convencer a votar emendas inexecutáveis. O Governo desonesto é aquele que pro-

mete mais do que pode dar. Governo coerente, honesto, responsável, é aquele que dá apenas o que pode realmente cumprir.

O Sr. Ney Braga, na sua longa trajetória política, já provou isto ao Paraná e ao Brasil: esta mensagem é uma mensagem sobretudo humana, não se trata apenas de amparar o professor. Todo o mundo só fala no professor. Por que? Politicamente o professor é uma classe forte, nós sabemos. Mas e os "PSadores", e os DASs e não sei mais o que "PP" tem aí, que não são do Quadro estão aí beneficiados por essa mensagem. Ninguém fala, a não ser o nobre Deputado Lineu Turra que se lembrou daquela gente. Mais ninguém. Todo mundo quer paparicar o professor, à busca, à procura dos seus votos.

Essa é a posição da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes):— Em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, ficou evidente que o eminente Líder da ARENA, a cada dia que passa, aprimora excepcionalmente o seu poder de argumentação, porque a par e que faz um desbragado elogio à atuação da Oposição, com palavras fáceis, também consegue Sua Excelência inviabilizar totalmente o esforço que ele elogia da Oposição.

Senhor Presidente, o objetivo do requerimento que está sendo votado, de solicitar a votação nominal, não é o entendimento que o Líder da ARENA quis proferir.

Disse ele nas entrelinhas do requerimento, que seria a identificação dos Deputados da ARENA para tentar jogá-los contra o professorado. Não porque, Sr. Presidente, é um expediente regimental, uma das formas de votação, esta requirida, - a votação nominal. E ontem, neste plenário, nós vimos o Deputado Fidelcino Tolentino votar contra o projeto; e o seu objetivo é, evidentemente, fixar a sua posição pessoal e não a dos demais Srs. Deputados.

Quer me parecer que não cabe razão ao eminente Líder da ARENA, ao fazer esta colocação que é de ordem meramente subjetiva, do seu entendimento; porque objetivamente qualquer Sr. Deputado pode requerer a chamada nominal, para provar seu voto pessoal, para que a sua posição fique resguardada do seu entendimento, da sua ação, da sua posição perante a matéria que está sendo votada. A argumentação de que não é possível aprovar as emendas porque são inexecutáveis, o são porque atravessamos uma difícil situação econômica.

Ora, Sr. Presidente, como pode o eminente Líder da ARENA elogiar a Oposição que há 15 anos combate e defende o sistema democrático neste País. E como pode pretender argumentar em dificuldade de situação econômica se há poucos anos ainda, neste País, a situação que ele defende, que os eminentes e nobres Deputados da ARENA defendem, se propalava há poucos anos neste País um verdadeiro "milagre", um "milagre econômico" e esta Oposição que combate este sistema há 15 anos é agora culpada?

A quem cabe realmente a culpa se hoje estas emendas são inexecutáveis?

E vir dizer que a Oposição vem aqui fazer demagogia, porque defende correntemente idéias, que combatia no passado, que demonstrou certas vezes quando fracassou o "milagre". E que o tempo aprovará, estamos nós certos, se continuar este desgraçado modelo econômico-financeiro que ontem, desta tribuna, quando debatíamos o plano de habitação popular, foi devidamente analisado.

Por isto, Sr. Presidente, refutamos, na íntegra, não admitimos como demagogia o que o MDB aqui faz, porque digo aos Srs. em desafio, os Parlamentares que subiram à tribuna, estudaram este assunto e o homem que diligência, que estuda, que

prescruta, que investiga e que pesquisa, jamais faz demagogia. Vota o MDB com consciência de estar nesta Casa, através de seus Deputados, cumprindo com o seu dever, porque não votam a matéria tendo ignorância sobre ela; votam com consciência sabendo o que significa item por item, ponto por ponto, das palavras que contém esta mensagem. Refutamos, na íntegra, que aqui não se faz demagogia. Aqui, no nosso entendimento, estudamos o que é melhor para o Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa colocará primeiramente em votação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa colocará, primeiramente, em votação, o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, que requer, na forma regimental, a prorrogação por mais duas horas a duração da presente sessão. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, apenas para roborar a posição adotada pelo meu líder e para aduzir que nenhuma razão subjetiva havia e nem entre linhas existiam neste requerimento que é claro, indiscutível e sem possibilidade de ser polêmico. O que nos inspirou, Sr. Presidente, a fazer este requerimento é o instituto regimental. E também não teve o indício de intimidação, porque não somos afeitos a promover intimidações. Isto se alinharia bem àqueles que estão distantes dos embates apregoados pela Oposição.

Esta Oposição que tem sido fustigada com chibata de aço, por 15 anos consecutivos e que afeita a esses desmandos não se serve deles e muito menos de expedientes menos recomendáveis, para propor as suas medidas, oferecer sugestões e entabular as suas idéias. E em sinal de protesto vejo até, e louvo e declaro e deixo inscrito nos Anais desta Casa, que três ou quatro professores que aqui se encontravam, representando a sua classe, para não ter o cunho intimidatório, retiram do plenário com a maior urbanidade, que sempre norteou os professores, que é uma característica do professor pacífico do Paraná. E aqui, Sr. Presidente, não tínhamos outra intenção que não a de oferecer mais uma vez a oportunidade de cada um votar de per si, sem a imposição de crivos que vêm do alto. E fora isso, Sr. Presidente, nós já sabemos, por declaração da própria liderança, que a liderança está orientando para votar contra. Mas não é possível aceitarmos, Sr. Presidente, a pecha de que essas emendas são inexequíveis.

Entre elas, duas das quais são completamente técnicas, de aperfeiçoamento, inclusive da aplicabilidade do espírito desta lei. Uma das quais posso até oferecer o seu enunciado, mas que visa dar garantia ao curso de aperfeiçoamento ministrado por determinação de um órgão do Estado, uma Secretaria de Estado, o outro é estabelecer uma simbologia para o quadro suplementar do magistério. Qual a alteração que poderá trazer, no espírito desta lei? Qual a modificação que poderá ter, na aplicação orçamentária desta lei? O Governo não quer que haja emendas por mais aperfeiçoadas que elas possam ser; o Governo não deseja a contribuição do MDB; o que teme, até nas poucas propostas que o MDB faz. Não tem trêguas com o MDB. Não deseja a contribuição da Oposição. Quando não for uma oposição baixa, rasteira e agachada e esta nós não podemos oferecer, Sr. Presidente. Por esta razão, improcede as alegações da liderança, por mais respeitadas que elas possam ser, e por mais respeito que tenhamos pelo eminente líder.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação. Sr.

Presidente, Srs. Deputados, gostaria de tão somente usar da palavra no encaminhamento da votação, para registrar o meu repúdio, o meu desencanto, o meu mais veemente protesto, porque esse Deputado que está com a palavra, já teve dois requerimentos rechaçados, da mesma forma e com a mesma prepotência, nós votamos contra...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que faça cumprir o Regimento Interno. O nobre Deputado Gernote Kirinus está se dirigindo à Liderança da ARENA, sendo que devia se dirigir à Mesa. Sr. Presidente, se ele não conhece o Regimento, que vá estudar primeiro, antes de pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa solicita ao nobre Deputado Gernote Kirinus que, na forma regimental, faça o seu pronunciamento dirigido à Mesa.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente. Acato a forma. E gostaria de dizer também que não sou estático, sou dinâmico.

Gostaria tão somente de lançar este meu protesto, meu desencanto porque já tive dois simples pedidos de informações rejeitados da mesma forma. E dizem que democracia se exercita pelos direitos das maiorias; mas não pela opressão da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. Srs. Deputados, que foram favoráveis, permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Vai se proceder a verificação. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

18 Srs. Deputados o aprovam;

29 Srs. Deputados o rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que a Emenda n.º 2 está em verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Dada essa interrupção no encaminhamento da votação, solicitaria que, antes de proceder a verificação de votação, Vossa Excelência efetuasse a leitura da emenda e sua justificativa, a fim de que a Casa tomasse conhecimento do conteúdo da emenda em questão, e sua justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Emenda n.º 2, na íntegra.

(O Sr. 1.º Secretário lê o teor da Emenda n.º 2 e justificativa). Em votação a Emenda n.º 2. Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

18 Srs. Deputados a aprovam;

28 Srs. Deputados a rejeitam. — **Rejeitada.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 3, subscrita pelos nobres Deputados Nilso Sguarezi, Renato Bernardi e Fidelcino Tolentino. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Solicitaria que Vossa Excelência apelando para sua liberalidade, que procedesse a leitura. São emendas curtas e não demandaria muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita ao nobre Secretário que proceda a leitura da Emenda n.º 3.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 3. — **Rejeitada.**

Em votação a Emenda n.º 4, subscrita pelo nobre Depu-

tado Fidelcino Tolentino e demais Srs. Deputados.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a leitura, também, da emenda, e da justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere, e solicita do Sr. 1.º Secretário a leitura da referida Emenda.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a leitura da Emenda n.º 4 e da justificativa).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 4. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 5, subscrita pelo nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nesta Questão de Ordem solicito de Vossa Excelência, que seja feita a leitura de todas as emendas, para que seja facilitado o processo de apreciação, discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado, e procederá, doravante, a leitura, na íntegra, de todas as emendas.

Solicito do Sr. 1.º Secretário, a leitura da referida emenda.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a leitura da Emenda n.º 5).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 5. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente pelo que verifiquei, a emenda foi aprovada. Então requeiro de Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) — Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

17 Srs. Deputados a aprovam;

26 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada.

A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Emenda n.º 6.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura da Emenda n.º 6)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 6.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitada.

A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda à leitura da Emenda n.º 7.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura da Emenda n.º 7)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 7. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá verificação de votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados a aprovam;

28 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda à leitura da Emenda n.º 8.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura da emenda n.º 8).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 8. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem, Sr. Presidente. (Assentimento). Parece-me que houve aprovação pelo número de Deputados que se levantaram.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que, pelo que constatou, a emenda foi rejeitada.

Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura da Emenda n.º 9.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (procede à leitura da respectiva emenda).

da).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 9. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação porque, a mim, parece que a emenda foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Para tanto, a Mesa solicita dos Srs. Deputados que tomem seus devidos lugares às suas bancadas para facilitar a verificação de votação.

(Procede a verificação de votação).

14 Srs. Deputados a aprovam;

22 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 10. Solicito do Sr. 1.º Secretário a sua leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à leitura da Emenda n.º 10).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta os nobres Srs. Deputados se desejam a leitura da justificativa na íntegra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, seria uma gentileza de Vossa Excelência, nós gostaríamos pelo conhecimento não muito profundo da matéria, que fosse lida toda a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, já que a maioria aqui, dispensaria a leitura da justificativa, porque já leu suficientemente; já conhece suficientemente. Todavia, em homenagem — e vou fazer elogio desbragado à Bancada do MDB — Todavia em homenagem à essa aguerrida bancada, vamos concordar com a leitura da justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura da justificativa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a justificativa).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a Emenda n.º 10.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Rejeitada.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, envolvidos por uma profunda esperança escatológica de que, ainda possa haver mudanças de sensibilidade, exijo uma rigorosa verificação de votação. Sugiro ou peço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Obrigado, nobre Deputado. A Mesa defere, e vai proceder a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam a Emenda n.º 10, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados a aprovam;

29 Srs. Deputados a rejeitam. Rejeitada a Emenda n.º 10.

Em votação a Emenda n.º 11.

Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura da Emenda n.º 11.

(É procedida a leitura da Emenda n.º 11)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. — Rejeitada.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/79 - de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que revoga a Lei n.º 5318, de 10/05/66 e transfere para a localidade de Pinhal de São Bento, a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste. Com Parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/79 - de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a "APMI" — Associação de Proteção à Maternidade e à Infân-

cia", de Contenda, com sede e foro na Cidade da Lapa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/79 - de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica "Humanitas", com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/79 - de autoria dos Deputados AIRTON CORDEIRO e JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "Movimento Familiar Cristão" — M.F.C., com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/79 - de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que denomina "Deputado Sílvio de Barros" a Rodovia PR-317, trecho Maringá - Santo Inácio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/79 - de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Londrina - FUNTEL", com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fioravante Colodel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Leônidas Chaves e Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Argemiro Chaves Ferreira, ocorrido em Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Réquerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos projetos de lei.— **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Engenheiro Agrônomo", bem como pela realização do "XI Congresso Brasileiro de Agronomia" em Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte e ao Sr. Diretor da Fundação Teatro Guaíra, pelo incentivo e apoio dado ao Grupo de Teatro Paranaense, que estão apresentando a peça "O Contestado".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso do 32.o aniversário de emancipação política do Município de Cambé.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tulio Zanchet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao IBDF, no sentido de que as regiões Oeste e Sudoeste sejam incluídas como áreas prioritárias no projeto de desenvolvimento da cultura da erva-mate em nosso Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso da "Coluna de Ibrahim Sued".— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, enfatizando a necessidade da adoção de medidas para equacionar os problemas geradores do movimento grevista dos motoristas na Cidade de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.